



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

“Ficar em casa... ou na rua”:

Espaços habitacionais e as Experiências vividas de COVID-19 na
Cidade de Chimoio

Estudante: Danícia Arlindo Munguambe

Supervisora:

Prof^a Doutora Carla M. T. Braga

Maputo, Outubro de 2024

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

“Ficar em casa... ou na rua”:
Espaços habitacionais e as Experiências vividas de COVID-19 na
Cidade de Chimoio

DANÍCIA ARLINDO MUNGUAMBE

Dissertação submetida ao Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

O júri

A Supervisora

O Presidente

A Oponente

Maputo, Outubro de 2024

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação resulta da minha investigação individual, nunca foi apresentada antes na íntegra ou parcialmente para a obtenção de qualquer grau académico ou para outros fins. Ao longo da mesma, indico as referências bibliográficas e outras fontes usadas. Esta declaração é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre, da Universidade Eduardo Mondlane.

Danícia Arlindo Munguambe

DEDICATÓRIA

A todos e todas que no seu quotidiano experienciaram os efeitos da COVID-19, em especial aos participantes da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida, saúde e protecção.

À Prof^a Doutora Carla Braga, que para além de supervisora, tem sido a minha Professora nesta caminhada académica. Agradeço-a imensamente pela sua disponibilidade, paciência e orientação para a produção desta dissertação.

Igualmente, agradeço: (a) o financiamento alocado a mim, pela UEM-Suécia para a finalização dos meus estudos e (b) ao Projecto *Mobilities and Socialities: Covid-19 in the Drylands*, financiado e desenvolvido pela Universidade de Bayreuth em coordenação com a Universidade Eduardo Mondlane, a partir do qual tive a oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

Ao Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), onde aprendi a ser profissional e académica que sou hoje, desde a licenciatura como estudante de Antropologia. Ao Corpo Docente que me ajudou imenso neste processo de formação, nomeadamente: Prof. Doutor Cristiano Matsinhe, Prof^a Doutora Esmeralda Mariano, Prof^a Doutora Sandra Manuel, Doutora Margarida Paulo, minha arguente, que com o seu saber contribuiu para a finalização desta dissertação, Prof. Doutor Elísio Jossias, Prof. Doutor José Adalima e Prof^a Doutora Carla Braga.

Ao Doutor Celso Inguane pela dedicação e orientação profissional como pesquisadora, aspecto que tornou-se imprescindível nesta pesquisa. Igualmente agradeço a Dra. Elsa Kanduma pelas conversas e esclarecimentos que permitiram dar forma ao meu texto.

Agradeço aos participantes desta pesquisa que me permitiram aprender novas formas de viver o “inesperado” e ser mais tolerante a novas formas de ser e estar.

A todos os meus colegas do Mestrado em Antropologia Social (MAS), nomeadamente: Mestre Cribino Raúl, Mestre Aparício Nhacole, Joana Dozeleia, Osvaldo Zandamela, Catarina Mavila, Quiséria Toalha, Ana João, Kelvin Ulissola, Castigo Matlombe, Maria Natingue e Mércia Cristina. De todos os colegas agradeço, de forma especial, à Joana Dozeleia e ao Mestre Aparício Nhacole pelas discussões e “brincadeiras” teóricas que me inspiraram a escrever quando a minha inspiração estava fraca.

À minha família, Cristina Daniel Tonela (mãe e meu ombro amigo e cuidadora em todos os tempos), Isaura, Titos e Tinoca, (irmãos e fontes de suporte). Ao meu marido Fernando Amaral

pelo suporte na academia, carinho, atenção e paciência em seguir e apoiar a minha trajetória acadêmica.

Ao meu filho Marcelo e sobrinho Cristiano, por serem a minha fonte de terapia e por terem que passar dias e noites com ausência da mãe/tia.

A todos e todas que directa ou indirectamente me apoiaram nesta jornada, muito obrigado.

RESUMO

Nesta pesquisa procuro analisar as experiências que as pessoas têm do “fique em casa” e as respostas dadas pelos residentes do bairro 16 de Junho à esta medida preventiva, considerando os seus espaços habitacionais e os espaços de busca de alimento diário. A partir do mês de Março de 2020, Moçambique passou a colocar em sua agenda o desenho de políticas de saúde e políticas públicas para reduzir a ocorrência dos casos de infecção pelo SARS-CoV-2, o vírus que causa a *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19). Neste âmbito, para além de medidas como o uso de máscaras, higienização das mãos e objectos pessoais usados regularmente, adoptou-se o “fique em casa” como uma das medidas para a redução do risco de infecção pelo SARS-CoV-2. Alguns estudos realizados referentes à análise da implementação destas medidas e sua relação com os modelos de habitação em Moçambique, mencionam que no país o problema de habitação é um aspecto que deve ser tomado em conta para compreender a exequibilidade da medida preventiva (SAMBO e JÚNIOR, 2021). Orientada pela fenomenologia, como referencial teórico e articulada ao método etnográfico, a pesquisa fornece evidências de especificidades subjectivas em relação ao cumprimento do “fique em casa”. Os resultados do estudo indicam que o espaço habitacional assumido como espaço fluído (parte das relações e necessidades das pessoas) remete a uma desconstrução de toda uma ideia de possibilidade de se manter em casa. Ademais, (i) a rua como local de busca de sustento diário caracteriza-se por um espaço de conflitos entre os cidadãos e a polícia municipal, microcosmo assinalado por um conflito social cuja face mais marcante na minha pesquisa caracteriza-se pelo conflito entre o vendedor informal e a polícia municipal; (ii) o corpo, quando submetido a situações de fome, torna-se um corpo controlável mediante práticas de apoios e ajudas sociais. Assim, a fome e a casa fazem do “fique em casa” uma medida preventiva com características que depende das condições existentes em cada contexto.

Palavras-chave: Antropologia da Saúde, Espaço habitacional, Experiências vividas, Corpo, COVID-19, Chimoio, Moçambique.

Abstract

In this research, I seek to analyze people's experiences of "stay at home" and the responses given by residents of the 16 de Junho neighborhood to this preventive measure, considering their living spaces and the spaces where they search for daily food. Since March 2020, Mozambique has put on its agenda the design of health policies and public policies to reduce the occurrence of cases of infection by SARS-CoV-2, the virus that causes Coronavirus Disease 2019 (COVID-19). In this context, in addition to measures such as the use of masks, hand hygiene and regularly used personal objects, "stay at home" has been adopted as one of the measures to reduce the risk of SARS-CoV-2 infection. Some studies carried out to analyze the implementation of these measures and their relationship with housing models in Mozambique, mention that in the country the housing problem is an aspect that must be taken into account to understand the feasibility of the preventive measure (SAMBO and JÚNIOR, 2021). Guided by phenomenology as a theoretical framework and articulated with the ethnographic method, the research provides evidence of subjective specificities concerning compliance with "stay at home". The results of the study indicate that housing is a fluid space (based on people's relationships and needs) leads to a deconstruction of the whole idea of the possibility of staying at home. In addition, (i) the street as a place to find daily sustenance is characterized by a space of conflict between citizens and the municipal police, a microcosm marked by a social conflict whose most striking face in my research is characterized by the conflict between the informal vendor and the municipal police; (ii) the body when subjected to situations of hunger becomes a controllable body through practices of social support and aid. Thus, hunger and the home make "stay at home" a preventive measure with characteristics that depend on the conditions in each context.

Keywords: Anthropology of Health, Living space, Lived experiences, Body, COVID-19, Chimoio, Mozambique.

LISTA DE ABREVIATURAS

COVID-19	Coronavirus Disease 2019
SARS-CoV-2	Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 ¹
DAA	Departamento de Antropologia e Arqueologia
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
TCI	Termo de Consentimento Informado
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
OMS	Organização Mundial da Saúde
INE	Instituto Nacional de Estatística
INAS	Instituto Nacional de Ação Social
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Ação Social
ICTV	Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund ²

¹ Tradução em português: Coronavírus 2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave

² Tradução em português: Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

ÍNDICE

DECLARAÇÃO	ii
DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	vi
LISTA DE ABREVIATURAS	viii
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	10
1.1 Estrutura da dissertação	13
1.2 Enquadramento teórico e conceptual.....	14
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA.....	21
2.1. Método e técnicas de pesquisa.....	23
CAPÍTULO 3: REVISÃO DE LITERATURA.....	29
CAPÍTULO 4: ESPAÇO, CONFIGURAÇÕES HABITACIONAIS E COVID-19	36
4.1. Espaços habitacionais	37
4.2. Partilha de espaço e pertencimento	43
4.3 “Casa” e seus significados	46
CAPÍTULO 5: MEIOS DE SUSTENTO E O ENTRELAÇAR DE CRISES E DE EXPERIÊNCIAS	51
5.1. A alimentação diária.....	51
5.2. Mulheres Seropositivas e o fique em casa	56
5.3. Crises que se cruzam: “fique em casa”, alojanta e HIV.....	59
CAPÍTULO 6: DISCURSOS E O CONTROLO DO CORPO	60
6.1. Controlo Policial e os vendedores ambulantes	61
6.2. Apoio Social: discursos de inclusão ou controle do corpo	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO³

A rápida propagação da COVID-19 a nível mundial levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar a 11 de Março de 2020, a infecção da COVID-19 uma pandemia mundial (DUARTE, 2020). O Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus (ICTV) adotou Coronavírus 2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2) como nome para o novo vírus causador da COVID-19 (Idem). Os primeiros casos de infecção pelo novo coronavírus foram diagnosticados como uma pandemia grave de etiologia desconhecida, notificada em Dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China (ESTEVÃO, 2020).

Neste âmbito, a OMS (2020) elabora directrizes para a prevenção da propagação do vírus causador da COVID-19, que incluem: (a) a lavagem das mãos com água e sabão ou higienizador à base de álcool; (b) distanciamento de 1 metro entre duas pessoas; (c) evitar tocar nos olhos, nariz e boca, pois as mãos tocam muitas superfícies e podem ser infectadas por vírus; (d) cobrir a boca e o nariz com a parte interna do cotovelo ou lenço quando tossir ou espirrar; (e) ficar em casa se não se sentir bem ou a quarentena⁴; (f) evitar espaços aglomerados e com pouca ventilação; e (g) evitar viagens para áreas afectadas pelo coronavírus e monitoramento dos sintomas para os viajantes.

Com o surgimento dos primeiros casos de COVID-19 em Moçambique, o governo introduziu na sua agenda algumas medidas preventivas com vista a reduzir a ocorrência de casos de infecção pelo vírus. Notícias sobre o vírus, a sua propagação a nível nacional e internacional, assim como medidas de prevenção passaram a constituir parte das informações transmitidas nas redes sociais, nas emissoras televisivas, assim como nos jornais *online* ou físicos.

No decorrer desta pandemia, pude acompanhar a partir das emissoras televisivas e programas radiofónicos a atenção dada à necessidade de cumprimento das medidas preventivas. Estas eram apresentadas por meio de discursos de entidades políticas e religiosas, músicos que promoviam os seus trabalhos, alertando para a necessidade de prevenção contra o coronavírus, com alguma incidência no *slogan* “fique em casa”.

Entretanto, a partir do Decreto nº 11 de 30 de Março de 2020, Moçambique inclui na sua agenda algumas das medidas preventivas estabelecidas pela OMS, através das quais implementa o uso

³ Parte da discussão apresentada neste estudo foi por mim apresentada no Workshop Académico Internacional intitulado *Mobilities and Socialities: COVID-19 in the Drylands* em Maasai Mara, Narok Country (Kenya) em Outubro de 2022.

⁴ A quarentena consiste na restrição no trânsito de pessoas sadias, mas que possam ter sido expostas a um agente infeccioso, de forma a evitar a disseminação de uma doença (JÚNIOR, 2020).

de máscaras, higienização das mãos e objectos pessoais usados regularmente, a etiqueta da tosse, o encerramento de espaços passíveis de aglomeração populacional, “a quarentena domiciliar ou ‘fique em casa’ e permanecer confinado num estabelecimento adequado” (Boletim da República de Moçambique, 2020).

Os discursos, as letras musicais, o ambiente de temor que se vivia por conta do aparecimento da doença e suas medidas preventivas, despertaram o meu interesse e curiosidade em analisar o processo de cumprimento destas medidas no contexto moçambicano. A título de exemplo, no caso específico da situação habitacional em Moçambique, cerca de 70% das casas em Moçambique não são feitas de materiais convencionais (tijolos, concreto, telhas). Há diferenças significativas nos materiais usados dependendo da região, níveis de renda e área de residência (UN-HABITAT, 2018).

Este relatório menciona também que na região centro do país “há predominância de unidade de casas onde cada membro da família ergue a sua palhota construída com paredes de blocos de adobe, estacas maticadas com argamassa de cimento ou adobe, tijolos queimados e blocos estabilizados de solo-cimento, assim como cobertura de capim, macúti e chapas de zinco” (UN-HABITAT, 2018:111).

O bairro 16 de Junho em Chimoio possuía algumas casas caracterizadas por bloco de argila, maioritariamente constituídas por um compartimento, com ausência de água canalizada e espaço insuficiente para abrigar as famílias durante o dia.

O cumprimento efectivo das medidas preventivas parece estar relacionado à existência de água e serviços básicos que fazem o dia-a-dia das pessoas para estas se manterem em casa. Dados estatísticos permitem perceber que, no caso específico da cidade de Chimoio, a taxa de cobertura de água abrange 74% a nível dos bairros (INE, 2021).

Em Moçambique, segundo Cambrão e Julião (2020), a COVID-19 permitiu descobrir fragilidades habitacionais. Por um lado, pessoas de classe média e alta conseguem manter-se ocupadas durante o confinamento, visto que possuem acesso a dispositivos, aplicativos ou conexão à internet de banda larga. Por outro lado, pessoas que habitam em espaços reduzidos, com número elevado de pessoas, ou com poucos recursos têm dificuldades de adoptar recomendações de prevenção.

Por meio deste estudo, pretendo analisar as experiências vividas das pessoas em relação à COVID-19 e as respostas dadas por estas face ao “fique em casa”, considerando os seus espaços habitacionais e a necessidade de busca de alimento diário. É neste âmbito que, por meio de um trabalho de campo realizado entre alguns residentes no bairro 16 de Junho na cidade de Chimoio, província de Manica, pretendia explorar como algumas pessoas respondiam às medidas preventivas contra a propagação do vírus da COVID-19; e como estas pessoas se relacionavam com a casa, numa fase em que a palavra de ordem era “permanecer confinado num estabelecimento adequado” (Boletim da República de Moçambique, 2020).

Esta pesquisa constituiu uma forma de problematizar as experiências das pessoas no tempo da COVID-19 dentro de uma conjuntura de casa com características específicas. É nesta ordem de ideias, que durante o trabalho de campo, pretendia captar as experiências vividas pelas pessoas num contexto em que o Governo procurava controlar os espaços de venda informal. Assim, este estudo pretendia *compreender como algumas pessoas experienciavam o imperativo de permanecer no espaço habitacional perante a necessidade de sair à rua para busca do sustento diário.*

Importa referir que não é a COVID-19 em si o meu objecto de estudo, mas sim, os prolongamentos da doença e da medida preventiva “fique em casa”, vistos a partir das experiências das pessoas na relação com os seus espaços habitacionais e locais de busca de meios de sustento.

Especificamente o estudo visa:

- Identificar os tipos de habitação existentes e os seus usos quotidianos;
- Descrever como as pessoas pensavam e definiam a “casa” e seus limites na relação com os outros;
- Analisar as experiências das pessoas em tempos de COVID-19 relativamente à Síndrome e o ficar em casa;
- Analisar o controlo exercido sobre o corpo individual em tempos de COVID-19.

1.1 Estrutura da dissertação

A dissertação é composta por sete capítulos estruturados em subsecções. No primeiro capítulo apresentei os pressupostos que influenciaram a construção do assunto discutido, a definição do problema e os objectivos da pesquisa. Igualmente, nesta secção apresentei as escolhas teóricas que usei, os conceitos e o contexto de pesquisa. Assim, do segundo capítulo, consta a metodologia, na qual descrevi o método e técnicas usadas no acesso ao campo de pesquisa, na recolha e análise de dados. No terceiro capítulo, expus a revisão de literatura, de que constam as principais discussões teóricas, antropológicas e de outros campos de saberes, que debatem acerca das concepções referentes à COVID-19 e a sua influência na vida humana.

No quarto capítulo, apresentei as concepções que os participantes da pesquisa têm da COVID-19 e o “fique em casa”. Neste capítulo analisei a noção que se tem da casa, com vista a compreender a praticabilidade do “fique em casa”. Neste âmbito, no quinto capítulo abordei aspectos relacionados aos meios de sustento local que, por sua vez, permitem entender os para se manter em casa.

No sexto capítulo, seguindo a ordem de discussão dos capítulos antecedentes referentes às concepções em relação à COVID-19 e o “fique em casa”, apresentei os efeitos de se fazer à rua para busca de alimento diário no mercado informal. Assim, por um lado, a polícia municipal regula e controla o movimento dos vendedores “informais” nos seus locais de venda. Por outro lado, a prática de apoios e ajudas sociais aparentemente insustentáveis abrem campo para se pensar num possível “controle do corpo” (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987).

Por último, no sétimo capítulo apresentei as minhas considerações finais em relação ao assunto discutido nos capítulos anteriores.

1.2 Enquadramento teórico e conceptual

Em Moçambique a resposta ao COVID-19 começou entre Janeiro e Fevereiro de 2020, seguido de fechamento de instituições de ensino, monitoramento epidemiológico e consultas que desencadearam na imposição de medidas de prevenção e proteção social para enfrentar a pandemia e mitigar alguns de seus efeitos (INGUANE e ZIMBA, 2021).

Neste caso, a doença não é apenas um evento isolado, mas uma forma de comunicação, no qual o corpo individual deve ser visto como o terreno próximo, onde se jogam verdades sociais e contradições sociais, assim como um local de resistência pessoal e social, criatividade e luta (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987:31). Face à medida de prevenção “ficar em casa”, propus-me a desenvolver uma discussão orientada à luz das perspectivas teóricas da **fenomenologia**, com vista a analisar as experiências vividas pelas pessoas. A abordagem fenomenológica “ajudou os antropólogos a reconfigurar o que significa ser humano, ter um corpo, sofrer e curar e viver entre os outros”⁵ (DESJARLAIS e THROOP, 2011: 88).

A perspectiva fenomenológica por seu turno permitiu analisar as experiências vividas durante o período da vigência da medida preventiva “fique em casa” a partir da relação que as pessoas estabelecem umas com as outras no cotidiano. Assim, recorri a autores como Scheper-Hughes e Lock (1987) e Csordas (2013) para o uso de conceitos corpo, experiência vivida e espaço (LEFEBVRE, 2006, BISSIO, 2013 e ESCOBAR, 2018).

Espaço

O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico, reconstituindo um processo complexo de descoberta, produção e criação (LEFEBVRE, 2006). Assim, “o espaço social inclui o crescimento das forças produtivas, fazendo do mesmo uma multiplicidade de espaços” (BISSIO, 2013:23). Neste sentido, “quando interiorizado no dispositivo simbólico, o espaço torna-se lugar, remetendo à noção de pertencimento e consequentemente à ideia de limite” (Idem:25).

Na análise referente ao espaço social deve-se ter em conta que o espaço como parte da prática social remete a ideia de espaço como lugar de representação do indivíduo (LEFEBVRE, 2006).

⁵ Minha tradução do trecho: “More generally, they have helped anthropologists to reconfigure what it means to be human, to have a body, to suffer and to heal, and to live among others”.

Conceber o espaço como lugar de representação do indivíduo remete-nos à proposta analítica de Escobar (2018), referente à reflexão fenomenológica sobre a casa e o lar.

Seguindo a proposta deste autor, o lugar constitui um conceito existencial que reflecte a necessidade de se compreender que “Habitar como uma forma de estar no mundo, remete-nos à diferenciação entre os conceitos de casa e lar, pois o lar está associado a memórias, emoções, sonhos, identidade e intimidade” (Idem), que se desenvolvem entre os indivíduos no seu dia-a-dia. Outrossim, “só habitamos quando construímos, concreta e metaforicamente no convívio social e na interação com alteridades” (ROZESTRATEN, 2019:32).

Neste âmbito, a casa passa a representar o local onde o indivíduo situa a sua vida para a criação de uma habitação como expressão dos seus modos de vida, envolto em memórias, imagens, desejos, temores, sonhos, esperanças e memórias do passado e presente. Neste sentido, o espaço como lugar de vivência pode ser visto a nível infraestrutural, assim como a nível simbólico assente nos significados que as pessoas atribuem à “casa”.

Corpo

A abordagem fenomenológica possibilita a compreensão do corpo para além dos pressupostos do dualismo cartesiano que estabelece uma distinção entre a mente e o corpo (DESJARLAIS e THROOP, 2011:88). Deste modo, pode-se desconstruir o dualismo cartesiano compreendendo o corpo humano como fenomenológico, no qual as formas como este corpo é experimentado variam na saúde e na doença (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987).

Scheper-Hughes e Lock na sua obra *The Mindful Body: A Prolegomenon to Future Work in Medical Anthropology* (1987) mencionam a necessidade de se ultrapassar o reducionismo biológico do corpo, que estabelece uma dualidade entre a mente e corpo, deixando de lado a ideia de que o corpo é confrontado com a sua subjectividade, assim como com o mundo social. Outrossim, o reducionismo biológico é inadequado para explicar a complexidade das experiências sociais (KLEINMAN e FITZ-HENRY, 2007). Scheper-Hughes e Lock (1987) tomam como ponto de partida, o facto de que “provavelmente, todos os humanos são dotados de uma auto-consciência” e a doença não pode ser situada na mente ou no corpo. Neste âmbito, o corpo passa a ser entendido como um microcosmo do universo, concebido dentro de suas especificidades contextuais.

Assim, o corpo pensante ou atento refere-se à capacidade que o indivíduo tem de pensar, como um agente que resiste, responde e possui emoções, sentimentos e visões próprias sobre o mundo no qual habita (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987).

“O corpo é pensado, representado e passível de leituras diferenciadas de acordo com o contexto social, tornando-se, assim, um importante objecto de estudo dentro das ciências sociais” (FERREIRA, 1994:101). Deste modo, o corpo torna-se num reflexo da sociedade e a este se aplicam sentimentos, discursos e práticas que estão na base da vida social.

É neste âmbito, que na obra *The Mindful Body: A Prolegomenon to Future Work in Medical Anthropology*, as autoras Scheper-Hughes e Lock (1987), conceptualizam o corpo como um “*Mindful Body*” ou corpo pensante/atento⁶, no qual o corpo pode ser analisado a partir de três eixos de análise articulados entre si: corpo individual, social e político.

Deste modo é: (a) no **corpo individual**, onde se entrelaçam uma dimensão coletiva e individual da experiência e linguagens; (b) o **corpo social**, símbolo natural do pensamento sobre as relações entre natureza, sociedade e cultura; (c) e o **corpo político** que, por sua vez, a partir da linguagem do corpo expressa em gestos ou ideologicamente, oferece campo para se perceber “os códigos e roteiros sociais, com vista o controle do corpo individual em conformidade com as necessidades da ordem social e política” (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987:26).

Neste âmbito, é no **corpo individual** que são abordados aspectos relacionados à experiência do eu individual e colectivo, com vista a perceber como os indivíduos vivem e se situam no mundo uns em relação aos outros (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987; CSORDAS, 2013; SANTOS, 2019). A análise das experiências vividas das pessoas permitirá entender “o corpo como a fonte da existência e o local da experiência com e no mundo” (CSORDAS, 2013:292), pois o corpo é moldado em direcção ao mundo e é através deste que os indivíduos experienciam os eventos do mundo.

Esta noção de corpo individual (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987) e o mesmo como local da experiência, considerado como presença e projecto no mundo (CSORDAS, 2013), permite entender o mesmo como parte de uma experiência individual sustentada pela experiência colectiva do grupo social (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987). Assim, a dimensão individual do corpo permite entender a junção entre a dimensão subjectiva e intersubjectiva da

⁶ Minha tradução da expressão “Mindful Body”.

experiência, as estratégias de resistência aos dispositivos de controlo e o conjunto normativo de regras de códigos comportamentais (CSORDAS, 2013).

Nesta linha de pensamento, o corpo individual “é uma entidade viva pela qual e através da qual, experimentamos activamente o mundo” (DESJARLAIS e THROOP, 2011: 89), como a fonte da existência e o local da experiência com e no mundo (CSORDAS, 2013:292), assim como entendido no âmbito das relações “sobrenaturais” (MARIANO, 2017).

Nesta lógica seguirei estas abordagens para analisar as experiências dos corpos em meio ao imperativo de cumprimento medida preventiva “fica em casa” contra a propagação do vírus da SARS-CoV-2.

Experiência Viva

A experiência viva constitui o terceiro conceito que irei usar, pois influencia a maneira “como os indivíduos olham o mundo” (COSTA, 2012:5), permitindo reconhecer as várias aflições subjectivas e intersubjectivas (KLEINMAN e FITZ-HENRY, 2007).

Para Santos, (2019:126), a experiência viva é tomada como “um estado de espírito, um sentimento de envolvimento que se pode ter conhecimento directo, sendo assim, impossível distinguir a experiência em si do sujeito que vive práticas de resistência e luta”. Neste âmbito, esta experiência viva refere-se a experiência de alguém que a vive sem ter opção de a não ter, tratando-se de uma experiência viva como necessidade ou inevitabilidade (Idem, p.127).

Porém, relacionando os três conceitos, importa frisar que para a nossa discussão, o espaço enquanto multiplicidade (BISSIO, 2013) e como lugar de vivência assente em significados que as pessoas atribuem à casa, permitiu analisar “as resistências, emoções, sentimentos e visões do corpo individual” (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987:31). Todavia é necessário referir que, a questão não é invalidar a noção infraestrutural que se têm do espaço enquanto território (BISSIO, 2013), mas perceber que o espaço quando remetido ao universo simbólico faz do mesmo, um lugar (Idem), trespassado de significados, no qual os corpos movem-se segundo os significados que atribuem à casa, os seus limites e às diversas formas de se manter na casa.

Antes do texto: o contexto da pesquisa

O bairro 16 de Junho está localizado no Posto Administrativo Urbano nº 2 e dista a três quilómetros da cidade de Chimoio. Informações tidas a partir das autoridades municipais,

mencionaram que o bairro é uma “região suburbana”, o que leva ao questionamento dos critérios usados para que se considere um espaço como urbano ou rural.

A partir das observações no local percebi que o bairro 16 de Junho aparentava ser um misto do urbano e rural, resultante de práticas diárias efectuadas por alguns participantes de pesquisa, concretamente: a ausência de água canalizada para consumo, a busca de água nos cursos de água, a prática da agricultura e a venda informal nas ruas da cidade como meios de sustento diário. Estes fenómenos fazem do bairro 16 de Junho e das ruas da cidade de Chimoio espaços em contactos sistemáticos, principalmente pela prática da agricultura e a necessidade de venda dos produtos provenientes da agricultura nas ruas da cidade. Estes contactos sistemáticos entre o “rural” e o “urbano” tendem a privilegiar um olhar sobre as sociedades como heterogéneas, vinculadas e fluídas, no qual o “urbano” em si só não é auto-suficiente, nem fechado (BRIAN O’NEIL, 1988).

O bairro 16 de Junho possui um número total de 16.927 mil habitantes, distribuídos em 8.374 homens e 8.553 mulheres (INE, 2021). No que respeita aos serviços de saúde, os residentes recorriam as Unidades Sanitárias mais próximas situadas no centro da cidade de Chimoio para cuidados de saúde. Destas Unidades Sanitárias, distinguiram-se o Centro de Saúde Eduardo Mondlane e o Centro de Saúde de Nhamaonha, a que alguns participantes em tratamento do HIV acediam para os serviços hospitalares. Entretanto, para além destas Unidades Sanitárias, o Hospital Provincial de Chimoio era também um dos espaços acedidos para cuidados intensivos de saúde ou casos impossíveis de resolução a nível dos Centros de Saúde.

Em termos de compra e venda de produtos, o bairro possuía dois mercados, um localizado próximo à Escola Eduardo Mondlane e o outro localizado no terminal dos transportes. O mercado localizado próximo a Escola Eduardo era o mais extenso e o que oferecia mais produtos alimentares de base para os residentes do bairro 16 de Junho e os circunvizinhos. Segundo dados recolhidos, as verduras e o milho eram considerados os produtos alimentares de base, sendo o último usado pelas famílias para produção de farinha de milho e consequentemente a “*massa*”⁷ ou xima.

A partir de dados colhidos no terreno, a distribuição de água era fornecida pelo Fundo de Investimento e Patrimônio de Abastecimento de Água (FIPAG). No entanto, o fornecimento era inconsistente, por conta do crescente número de beneficiários e das dificuldades em

⁷ Expressão usada pelos participantes para se referir ao cozinhado feito à base de farinha de milho e água.

responder à demanda. Entretanto, parte dos agregados familiares visitados possuíam água canalizada e outros buscavam água na vizinhança ou em cursos de água existentes nas proximidades.

Pude constatar que existia no bairro dois tipos de habitação: algumas construídas em bloco de cimento e outras a base de bloco de argila ou “bloco burro”⁸.

Embora fosse considerada uma região suburbana, constatei alguma precaridade de vias de acesso, na sua maioria caracterizada por buracos, tubos de canalização de água desfeitos, resíduos sólidos e ruas estreitas. A situação das ruas influenciava negativamente para que os residentes tivessem acesso aos meios de transporte necessário em caso de doença ou necessidades de transporte a partir de casa.

O Txipui

O Txipui é um dos cursos de água localizado no quarteirão 14 e era frequentado pelos residentes dos quarteirões 13 e 14. Este curso de água era acedido para a busca de água para lavagem de roupa e banho, principalmente para aqueles que em suas residências não possuíam água canalizada.

O fornecimento inconsistente de água potável a todos os agregados familiares que possuíam torneiras nas suas residências e a questão financeira para pagamento mensal da factura de água era uma das principais razões que influencia a que alguns agregados familiares acedessem às águas do Txipui. Entretanto, um dado importante em relação ao Txipui era a existência de resíduos sólidos e águas de cor escura, provavelmente contendo matéria fecal e urina (ver figura 1 e 2) que faziam do local um autêntico depósito de lixo.

Neste contexto, o Txipui que era o ponto de busca de água da maioria dos participantes, oferecia água inapropriada para consumo; e a existência de vizinhança que possuía água canalizada tornou-se a solução para algumas famílias, condicionando a que os espaços habitacionais fossem acedidos por terceiros em busca do “precioso líquido”.

⁸ O termo bloco burro é usado no decorrer do texto para se referir ao bloco de argila.



Fig. 1 e 2: O Txipui. À esquerda a existência de resíduos sólidos nas margens; à direita águas negras no canal do Txipui (foto tirada pela autora, 14 de Dezembro de 2019).

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

Neste capítulo, pretendo descrever o “caminho” percorrido para a realização desta pesquisa. Metodologicamente, esta pesquisa foi de carácter qualitativo, assente no método etnográfico. A observação, as conversas informais, o uso de fotografias e os desenhos em papel A4 foram as técnicas usadas para a recolha de dados.

O trabalho de campo decorreu em 30 dias (de 20 de Novembro a 20 de Dezembro de 2021), entre alguns residentes dos quarteirões 12, 13 e 14 do bairro 16 de Junho. Reconheço que 30 dias em campo pode ser um período de tempo alvo de debates, mas como sugere Jeffrey e Troman (2004), “o tempo etnográfico não precisa ser percebido apenas como um período longo antes da escrita, mas existem diferentes formas de investigação etnográfica, cada uma com características específicas”.

Dos 17 agregados familiares visitados, selecionei 15 agregados familiares distribuídos pelos quarteirões acima citados. A selecção foi baseada na identificação do tipo de casas, isto é, casas construídas à base de blocos de cimento ou de argila; assim como na identificação de espaços compostos por unidades habitacionais construídas à base de blocos de argila.

Dos 15 agregados familiares foram deixados de lado dois, pois um dos responsáveis dos agregados familiares se mostrou indisponível para conceder entrevista, porque a pesquisadora não pertencia ao partido Frelimo. O responsável deste agregado familiar, no primeiro dia de acesso à sua residência após a minha apresentação e pedido para fazer parte da pesquisa perguntou: “*és de que partido? Seria bom se fosse da Frelimo, terias muitos privilégios*” (José, diário de campo, 23 de Novembro de 2021). Tendo em conta a minha posição de pesquisadora, tomei uma atitude apartidária e expliquei os motivos académicos que me levaram ao local. Este dado, aparentemente banal, impacta na pesquisa, considerando que o local onde foi realizado o estudo era alvo de apoios sociais por parte de diferentes partidos políticos.

Os participantes eram homens e mulheres com idade que variavam entre 25 a 70 anos. Alguns dos participantes eram na sua maioria praticantes da agricultura e vendedores “informais” nos mercados localizados na cidade de Chimoio, outros confeccionadores e vendedores de bolinhos caseiros vendidos nos seus espaços habitacionais; e outros ainda proprietários de compartimentos do tipo zero ou 1 usados para o aluguel.

O acesso aos participantes foi possível, com base na técnica de bola de neve. Esta técnica consiste na selecção da amostra, no qual os primeiros participantes indicavam outros e assim sucessivamente (HUDELSON, 1994).

Considerando as questões relacionadas à COVID-19 e suas medidas preventivas, qualquer tentativa de cumprimento, por exemplo, do distanciamento social resultava em alguma estranheza por parte de alguns participantes. Neste sentido, o não sentar próximo ao participante nos momentos das conversas ou não aceitar tomar as refeições à mão, tal como era habitualmente feito em alguns agregados familiares visitados, era interpretado como “desprezo”. Entretanto, no contexto da pandemia, um dos maiores medos que se vivia era uma possível infecção pelo vírus, por isso foi necessário ter em conta “a avaliação dos riscos em relação à pesquisa e aos participantes” (GREEN e THOOROGOOD, 2018).

Seguindo a abordagem das autoras, a avaliação estava centrada em minimizar o risco de criar preconceitos sociais, com vista a não entrar em choque com os hábitos dos participantes (Idem). Esta precaução, aparentemente sensata em tempos que as mãos eram tidas como um vector para a infecção pelo vírus, poderia ser entendida como “desrespeito” pelos participantes. Nestas circunstâncias, o comer usando as mãos tornou-se num dos desafios encarados, principalmente num contexto onde a COVID-19 era considerada apenas um nome, como veremos mais adiante. Como então, pedir para lavar as mãos com água e sabão para tomar refeições neste contexto? Como usar álcool em gel para higienizar as mãos antes de tomar as refeições perante os olhos de pessoas que com muita raridade ou quase nunca tinham visto um recipiente de álcool?

Questões como estas desafiaram os meus conhecimentos de ética em pesquisa, pois como mencionam Green e Thoorogood (2018) a prática ética deve obedecer o dever de aliviar o sofrimento e o dever de ser sensível às diferenças culturais. Deste modo, evitei fazer o uso do álcool em gel diante dos participantes, mas sempre que pudesse lavava as mãos com água e sabão.

Assim, a arte ou combinação da habilidade e sorte para gerir perigos em pesquisa foi uma das melhores estratégias, tal como defende Sluka (2007) em seu texto *Reflexões sobre o Gerenciamento do Perigo no Trabalho de Campo: Antropologia Perigosa em Belfast*.

Contudo, a assistente de pesquisa me apresentava, em Ciwute, Ntewe ou Sena, aos responsáveis pelos agregados familiares que entrevistei. Se as pessoas se dispusessem a conversar, eu apresentava-me e explicava os objectivos da pesquisa; e eles assinavam o Termo de Consentimento Informado. A todos os participantes da pesquisa foi garantida a confidencialidade e o anonimato através do uso de nomes fictícios atribuídos por mim.

2.1. Método e técnicas de pesquisa

A materialização deste estudo procedeu-se através do método etnográfico, que assenta na validação, viabilidade e reflexividade de informações por meio da observação e descrição densa da realidade social analisada (MADDEN, 2010). As contribuições teórico-metodológicas da antropologia para as pesquisas em saúde estão caracterizadas nos pressupostos teórico-conceituais do método etnográfico e na possibilidade de produção do conhecimento antropológico, como norteadoras do rigor científico nas pesquisas em saúde, servindo, ao mesmo tempo, como parâmetro para que alguns riscos de simplificação sejam evitados (NAMAKURA, 2011:101). Na área da saúde, entretanto, um grande desafio aos antropólogos no processo de formação em pesquisa, parece estar na garantia de que esses “óculos teóricos” modulem a observação, a percepção e a interpretação do pesquisador em todas as fases da pesquisa (Idem). Entretanto, foram esses “óculos teóricos” que guiaram a recolha das informações e experiências dos participantes desta pesquisa.

A observação directa

A brevidade do trabalho de campo não permitiu a realização de observação participante que implica longa imersão no campo de pesquisa (MARIETTO, 2016) tendo assim recorrido a observação directa.

As observações foram realizadas nos espaços habitacionais dos participantes, no seguimento de algumas participantes nos seus locais de moradia e de procura de meios de sustento. O seguimento dessas participantes compreendia estar, conversar, andar com elas, observando e seguindo as mesmas quer fosse para os mercados feira ou central, local onde vendiam os seus produtos; quer fosse para os locais de produção agrícola (machamba⁹).

A observação foi uma técnica chave para a pesquisa, pois foi a partir desta que foi possível responder ao primeiro objectivo da pesquisa, por meio da identificação do tipo de habitação, a configuração dos espaços e seus usos quotidianos. No entanto, a aceitação por parte de alguns participantes parecia parcial, pois em algumas famílias, pude perceber que me recebiam por uma aparente cortesia. Essa aceitação parcial era perceptível por meio das respostas que algumas participantes davam, assim como pela expressão corporal, por exemplo, franzir a testa e/ou colocar a mãos à cintura cada vez que nos aproximávamos das suas residências.

⁹ Designação que se atribui localmente às parcelas de cultivo de produtos agrícolas.

Entretanto, estas participantes foram relevantes para a pesquisa, pois “qualquer interlocutor deve ser considerado como detentor de conhecimentos interessantes sobre o seu grupo, a sua profissão, a sua sociedade” (SARDAN, 2017: 24).

Importa referir que o retorno a estas “casas” era facilitado pelo raio no qual se encontravam os espaços habitacionais visitados, assim como pela ausência de uma delimitação por meio de uma vedação (por exemplo muro ou vegetação espinhosa). Assim, era possível, estando em conversa com uma determinada participante, ver as entradas e saídas de uma outra participante que reside na parte frontal ou lateral do espaço habitacional de uma determinada. A observação também ajudou a identificar os vários tipos de casas, como por exemplo as construídas à base de bloco burro (ver figura 3).



Fig. 3. Uma residência feita à base de bloco burro e argila, com cobertura de plástico, bambú amarrado em tiras provenientes de redes mosquiteiras e palha (foto tirada pela autora, 25 de Novembro de 2019).

As entrevistas etnográficas

A entrevista como diálogo é uma conversa, típica da entrevista sócio-antropológica que permite ao participante a liberdade de discurso (SARDAN, 2017). Neste âmbito, as entrevistas aconteceram com os chefes dos agregados familiares e eram estes que davam permissão para que estas entrevistas também fossem realizadas com os restantes membros da família. De princípio estava previsto que as entrevistas fossem conduzidas com orientação do guião de entrevista pré-elaborado.

No entanto, entrevistas tidas nos primeiros dias de trabalho de campo revelaram a necessidade de revisão das questões a colocar, pois a maioria dos participantes parecia desconhecer a existência e efeitos da COVID-19. Este pormenor tornou os primeiros momentos do trabalho de campo numa situação “inesperada”. Esse “inesperado” baseou-se nas palavras que algumas

participantes diziam “COVID-19 é só nome”. As perguntas que me surgiam a seguir eram “como então falar sobre COVID-19 e as experiências das medidas preventivas com pessoas que afirmam que COVID-19 é só nome?”; “por que é que a COVID-19 é só nome?” Face a estas indagações, tive de reconstruir o meu guião de entrevista e procurar adequar o mesmo ao contexto, considerando as informações apresentadas pelos participantes.

As entrevistas etnográficas gravadas tiveram a duração de entre 40 minutos a uma hora e meia, algumas mais estendidas, outras com interrupções devido à presença de vizinhos ou do processo de tradução de uma das línguas locais (Ciwute, Ntewe ou Sena) para o português. Parte das entrevistas foram anotadas em bloco de notas, com excepção de algumas, pois era necessário que as mesmas fluíssem, sem que parecesse um inquérito. Para o caso das entrevistas gravadas, a cada final do dia fazia uma audição das conversas para anotar aspectos a serem aprofundados nas entrevistas posteriores (AGAR, 2008).

Nos primeiros dias, as entrevistas etnográficas foram realizadas em dias de chuvas intensas e solo lamacento, situação que desafiava a minha persistência em visitar as casas, pois por um lado as casas mostravam-se com pouco espaço para os membros do agregado familiar. Este fenómeno aparentemente desafiador foi uma oportunidade para observar como as pessoas permaneciam “apertadas” no interior das suas casas. Era uma situação que aumentava o risco de exposição para mim e para os participantes, pois “em período da COVID-19 os riscos de contrair o vírus eram maiores em espaços com aglomeração de pessoas” (GONÇALVES *et al.*, 2020).

As temperaturas altas, de 35 a 37 graus centígrados também caracterizaram o ambiente das entrevistas tidas com os participantes. Como estratégia de se proteger do sol, por exemplo das 11:00 às 14:00, era comum nos sentarmos em casa de uma participante para descansar numa sombra, e conversar sobre a pesquisa e outros assuntos que a participante quisesse abordar (ver figura 4). Assim, o plano do trabalho de campo sofria modificações por conta da indisponibilidade de alguns participantes, “fazendo do mesmo uma construção” (EMERSON *et al.*, 2013).



Fig. 4: Linda e a autora sentadas na esteira no pátio do seu espaço habitacional (foto tirada pela autora, 14 de Dezembro de 2019).

Fotografias

O recurso a fotografias foi vital e imprescindível para captar e reflectir algumas realidades existentes nos quarteirões, nos espaços habitacionais, a comida e até o trajecto de um lugar ao outro. Em alguns casos a fotografia limitava a minha relação com as pessoas, mas em outros casos, as pessoas aceitavam sem receios, explicando que queriam que as pessoas vissem as suas realidades, aparentemente na expectativa de receberem algum apoio governamental por meio da minha pesquisa (Diário de campo, 2021).

As visitas e o uso de fotografia, durante o trabalho de campo, foram também motivo de inquietação entre os participantes da pesquisa e os seus vizinhos, que pela característica de suas residências viviam em casas construídas à base de bloco de cimento. Provavelmente, este ambiente inquietante estivesse relacionado à ideia de apoios e benefícios, no qual a minha presença naquele local sugerisse a ocorrência de cadastro de residências por meio de fotografias.

Desenho em papel A4

A técnica de esboço em papel A4 tinha como objectivo ter acesso às ideias dos participantes em relação as suas casas e as delimitações entre as mesmas. Pretendia também explorar a imaginação dos adultos e crianças sobre os lugares de habitação. Esta técnica foi usada com as crianças após assentimento dos pais. Os encontros aconteceram três vezes e duravam entre 1 a 2 horas. O uso desta técnica foi interessante, pois por meio de um desenho da casa na qual

vivem e outro de uma casa na qual gostariam de viver no futuro foi possível ter acesso a parte dos sentimentos e sonhos que algumas crianças possuem em relação as suas casas, associadas ao material usado na construção das mesmas e a existência ou não de água canalizada (ver figura 5).



Fig. 5: Desenho de uma criança onde constam aspectos que gostaria de ver em sua actual residência (foto tirada pela autora, 15 de Dezembro de 2021).

Importa mencionar que no meu último dia de campo, aquando da despedida os participantes da pesquisa, uma senhora (que vou apelidar por Elsa) vizinha de uma participante chamou-me para conversar e perguntou:

Minha filha, afinal por que não entrou aqui na minha casa para escrever o que você costuma escrever na casa das outras pessoas? Te vejo aí assim, a visitar todos os dias e nem entraste na minha casa. Também preciso de apoio e fiquei a espera, a espera mas não vinhas por isso te chamei hoje (Elsa, residente no bairro, viúva e mãe de duas filhas, 19 de Dezembro de 2021).

Em princípio, este dado não constitui um constrangimento em si, mas permitiu perceber que o exercício etnográfico, não está somente direccionado à observação e descrição da realidade social dos participantes, mas o pesquisador também passa a ser observado pelos sujeitos observados. Deste modo, “observar os observados no acto de observação pode ser uma das características sobre a alteridade na pesquisa antropológica” (RAMOS, 2007).

2.2. Análise dos dados

O processo de análise de dados está relacionado à tarefa de desenvolver categorias (HAMMERSLEY e ATKINSON, 2007). Desta feita, a análise dos dados teve como base as categorizações dos dados, resultantes dos dados colhidos nas entrevistas, observações e uso de esboços de papel A4. As categorias não são atribuídas pelo pesquisador, mas são os textos ou dados recolhidos no decorrer do trabalho de campo que permitem visualizar padrões interessantes e estabelecer categorias (AGAR, 2008).

Nesta ordem de ideias, no processo de análise das notas de campo, tomei em conta o “inesperado”, os dados colhidos nas entrevistas etnográficas e nas observações. A partir dos dados de campo e as teorias adoptadas foi possível desenvolver e descrever o modo como algumas pessoas entendem a casa, a COVID-19 e seus prolongamentos para fazer cumprir a medida preventiva “fique em casa”.

CAPÍTULO 3: REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, apresentarei algumas discussões antropológicas e de outros campos científicos em volta de assuntos relacionados à COVID-19, enfatizando a dimensão económica, política e social da pandemia. Esta revisão resulta de pesquisas realizadas em revistas científicas electrónicas e livros científicos.

Em Moçambique, a declaração de Estado de Emergência a 30 de Março de 2020 foi acompanhada por medidas de controlo da COVID-19, que abrangeram o fecho de fronteiras, restrições à circulação de pessoas, de eventos públicos e do funcionamento de comércio não essencial (VIEIRA *et al.*, 2020). Nestas circunstâncias, “mais do que qualquer outra ocorrência recente, o surto de COVID-19 provou o ponto sobre a extensão dos “emaranhados humanos globais” e impulsionou a necessidade de encontrar maneiras de coexistir e compartilhar espaço entre humanos e outros seres vivos” (NDLOVU-GATSHENI, 2020:2).

Segundo Team e Maderson (2020), a COVID-19 revelou as vulnerabilidades estruturais de resposta a apelos à proteção pessoal. Destas vulnerabilidades, são alvos de debates as de carácter sócio-político (NAMAKURA e SILVA, 2020; TALLIO, 2021; MACGREGOR *et al.*, 2022), sócio-económicas (TEAM e MANDERSON, 2020; SAMBO e SIÚTA, 2020) e habitacionais (CAMBRÃO e JULIÃO, 2020) que fazem da pandemia fenómeno passível de ser estudado face ao impacto desta na vida das pessoas.

COVID-19 e questões sócio-políticas

A análise histórica das pandemias respiratórias adiciona novos conhecimentos importantes sobre a epidemiologia da pandemia de 1918-1920 em nível sub-nacional, que fornece informações valiosas sobre a resposta da saúde pública ao COVID-19 (MOONEY, 2021:5). A gripe espanhola foi a maior e mais devastadora epidemia do século XX que infectou mais de seiscentos milhões e vitimou entre vinte e quarenta milhões de pessoas em todo o mundo (SOUZA, 2008). Esta epidemia manifestou-se em três ondas, das quais a primeira irrompeu em Março de 1918 num nível baixo; a segunda, altamente virulenta, espalhou-se pelo mundo a partir de Agosto do mesmo ano; a terceira onda, menos virulenta, emergiu em Janeiro de 1919, estendendo-se, em alguns lugares, até 1920 (Idem). Assim, os estudos históricos das pandemias anteriores podem ser cruciais para orientar as respostas a futuras pandemias, concretamente para o modo como foram desenhadas as estratégias de prevenção, suas consequências e respostas (MOONEY, 2021; MACGREGOR *et al.*, 2022).

Historicamente, de acordo com Namakura e Silva (2020:155), no Brasil, as ideias de isolamento e quarentena faziam parte do discurso e da prática higienista, para ressaltar a necessidade do estabelecimento de fronteiras entre as classes mais ricas e as classes populares, como forma de intervir sobre certas doenças, isto é, como parte de dispositivos de controlo necro-político da população.

Neste sentido, ainda que se considere semelhanças entre as estratégias actuais de controlo sanitário e o discurso higienista vivido anteriormente, o contexto do surgimento da COVID-19 aparenta uma realidade de dimensões espaciais, territoriais, políticas, sociais e subjectivas que reconfiguram as diferenças entre ricos e pobres em termos de vulnerabilidades (Idem).

No caso específico do contexto brasileiro, no que refere a estas vulnerabilidades Namakura e Silva (2020:156) e MacGregor *et al.* (2022) destacam a vulnerabilidade associada ao modo como são desenhados os programas de intervenção social pelo Estado; e a vulnerabilidade social, pois grupos populacionais que já enfrentam historicamente uma trajectória marginalizada sentirão os efeitos e as respostas da infecção pelo novo coronavírus de forma mais devastadora.

É neste sentido que, a partir de um estudo realizado em Uganda, percebeu-se que tanto o carácter radical das medidas de contenção da COVID-19 tomadas neste país, como as respostas traçadas tinham em vista a instrumentalização da COVID-19 pelo governo para servir os seus interesses políticos (TALLIO, 2021). Igualmente, considerando os actuais debates acerca do surgimento do vírus da COVID-19 relacionados aos conceitos global e local, admite-se a possibilidade de que o novo coronavírus seja resultado laboratorial, com fins políticos, militares e económicos de alguns Estados do Ocidente que pretendam se auto-afirmar perante outros países (MENESES, 2020).

Com vista a responder aos efeitos causados pela pandemia, em Moçambique foram criadas estratégias de apoios em dinheiro com foco nos grupos vulneráveis e mais afectados com a redução de trabalhadores no sector informal. Neste âmbito, a partir do Decreto Presidencial nº11/2020, de 30 de Março foi elaborado o Plano Sectorial de resposta à COVID-19 em Protecção Social, com o objectivo de “assegurar apoio social e reforçar a resiliência dos agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade expostos aos efeitos da COVID-19” (VIEIRA *et al.*, 5:2020).

A nível nacional o plano foi liderado pelo Ministério do Género, Criança e Ação Social (MGCAS) e o Instituto Nacional de Ação Social (INAS), em colaboração com o Departamento

de Estudos Económicos do Ministério de Economia e Finanças (MEF). Estas instituições contaram com o apoio do Banco Mundial, UNICEF, Organização Internacional do Trabalho, Programa Mundial de Alimentos, Foreign, Commonwealth & Development Office (FCDO) e a Embaixada de Suécia (Idem).

Ademais, a partir de um relatório referente a resultados de uma avaliação em pequena escala que visava documentar experiências de respostas coordenadas a emergências de desastres de saúde pública em Moçambique, sugere-se que no país e noutros países de baixo e médio rendimento carece-se de capacidade sustentável para responder aos problemas de saúde pública, emergências e desastres sem apoio da comunidade global (INGUANE e ZIMBA, 2021).

COVID-19 e questões sócio-económicas

Em Moçambique, “os danos económicos causados pelas medidas políticas de contenção do vírus são maiores do que os danos económicos causados pelo vírus em si” (Sambo e Siúta, 2020:1). Estes esclarecem que as medidas usadas para deter a sua expansão tiveram algum impacto na economia do país, principalmente no sector formal e informal (Idem). Importa referir que, apesar do provável impacto do vírus na economia formal e informal, algumas pessoas continuaram a realizar actividades, com vista a busca de sustento, tal como aconteceu com os participantes desta pesquisa.

Alguns meses antes da propagação da COVID-19 no país, alguns economistas já referenciavam que “a problemática do custo de vida no contexto da economia de Moçambique transcende a questão do valor nominal e real do salário mínimo, reflectindo questões estruturais da economia nacional” (MUIANGA *et al.*, 2018:2).

Nos últimos cinco anos a satisfação de necessidades básicas, em termos de alimentação, saúde, alojamento, transporte tornou-se cada vez mais limitada, recorrendo-se a outras formas de trabalho remuneradas e não remuneradas (Idem).

Actualmente, em Moçambique, no âmbito da pandemia, a produção e a oferta de bens e serviços diminuíram quando as medidas de prevenção da COVID-19 levaram ao encerramento total ou parcial de mais de 80 mil empresas que empregavam mais de 3,5 milhões de trabalhadores (INE, 2020:7). Por sua vez, houve redução das fontes e oportunidades de rendimento de uma grande maioria da população em idade economicamente activa, que

sobrevive do sector informal (SIÚTA, 2021), “tendo este ficado deveras ameaçado com a ordem do fique em casa motivada pela pandemia da Covid-19” (NHAMPOCA, 2021:8).

Nestas perspectivas, Cambrão e Julião (2020) referem que com o decreto de Estado de emergência a restrição da circulação de pessoas deixou grande parte dos moçambicanos numa situação de maior vulnerabilidade a que já se encontravam, uma vez que a maioria é trabalhador informal ou depende dos chamados *biscatos*¹⁰ o que implica ter de sair de casa.

“A pobreza mostrou-se central na produção subjectiva do risco entre os moçambicanos carenciados, isto é, mesmo diante das campanhas e medidas obrigatórias de combate à COVID-19, este grupo de moçambicanos continuou a se fazer às ruas nos mesmos moldes (SIÚTA, 2021:6)”. Entre os 32% mais pobres, cerca de um terço das famílias vive em zonas urbanas (2,5 milhões de pessoas) e depende de rendimentos diários da sua actividade na economia informal (VIEIRA *et al.*, 2020:1).

COVID-19 e questões habitacionais

Team e Manderson (2020) entendem que a pandemia da COVID-19 revela as fragilidades estruturais de resposta a apelos à proteção pessoal. Esta “fragilidade estrutural torna-se uma lente crítica que oferece explicação à propagação desigual de um vírus respiratório, que atinge mais gravemente grupos ‘marginalizados’, como que no encalço da estratificação social” (BIEHL, 2021:343).

Assim, com a pandemia tornaram-se centrais as análises na forma “como os modos da vida se fazem e refazem na relação com a casa e as configurações habitacionais, entendidas como entes relacionais” (BIEHL, 2021:344). É neste sentido que, a partir de um estudo realizado no contexto brasileiro, Gonçalves *et al.* (2020:202) entendem que “ficar dentro de casa também não é a melhor opção quando se tem moradias precárias com muitas pessoas acomodadas em poucos cômodos, levando à possibilidade de descumprimento e pela necessidade de trabalhar”.

Seguindo a linha de pensamento de Gonçalves *et al.* (2020), Cambrão e Julião (2020), acrescentam que a vulnerabilidade é visível, por um lado, em contextos de pessoas que habitam em espaços reduzidos, com número elevado de pessoas, ou com poucos recursos que têm dificuldades de adoptarem recomendações de prevenção, pois possuem menos espaço em seus

¹⁰ *Biscato*: expressão local usada na gíria popular para se referir a serviços realizados e pagos diariamente, segundo o trabalho exercido (WordReference Random House Unabridged Dictionary of American English, 2024).

espaços habitacionais. Por outro lado, as pessoas de classe média e alta que conseguem manter-se entretidas durante o confinamento, visto que possuem acesso a dispositivos, aplicativos ou conexão à internet de banda larga, resultando por vezes em acentuado estresse e pânico. É nesta ordem de ideias, que Cabral (2008) sugere que se pense o uso do termo casa ou família considerando as relações de classe, os seus discursos e significados construídos em cada uma dessas classes sociais.

Todavia, importa ressaltar que no contexto moçambicano a ideia de confinamento abordada pelos autores acima, assim como no Boletim da República de Moçambique foi em algum momento usado para se referir a quarentena. Esta medida preventiva foi entendida como uma das formas de biossegurança, no qual se adopta um conjunto de restrições de pessoas e bens com vista a gerenciar riscos nas fronteiras onde pessoas são ameaçadas ou representam ameaça (SEGATA, 2020).

Para alguns autores, a legislação de saúde pública encontra-se dispersa, sem protocolos para regulamentar medidas como a quarentena ou restrições ao movimento de pessoas que são necessárias para responder à COVID-19 e doenças infecciosas semelhantes adiciona desafios (INGUANE e ZIMBA, 2021). Porém, o governo moçambicano implementou a quarentena individual e nesta fase a mesma “também foi usada por autoridades para decretar a restrição de determinadas actividades por 40 dias” (JÚNIOR, 2020:485).

Habitação em Moçambique

O relatório referente ao censo 2017 menciona que a habitação em Moçambique varia segundo tipo, no qual as casas cobertas de palha abrangem 47,4 % e as casas convencionais 5,8% em relação a 0,8% de habitação do tipo *flat* ou apartamento (INE, 2019). Entretanto, retornando à abordagem desenvolvida por Cambrão e Julião (2020) referente às fragilidades da habitação em Moçambique, Sambo e Júnior (2021) citam que em Moçambique a maioria de seus 28 milhões de habitantes enfrenta o problema de habitação adequada.

“A Política Nacional de Habitação tem como objectivo a provisão de habitação adequada e um ambiente de vida são, acessível a todos os grupos sociais, assim promovendo assentamentos humanos sustentáveis” (ONU-HABITAT 2018:28). No entanto, “nas áreas urbanas e rurais de Moçambique, há muitas áreas residenciais que apresentam características de assentamentos informais e a falta de infraestrutura básica (água, saneamento e energia) é evidente” (SAMBO e JÚNIOR 2021:1).

Na ordem de “sustentabilidade” habitacional desenvolvida por Cambrão e Julião (2010), Carrilho e Lage (2010:321) defendem que abordar assuntos relacionados à habitação não se deve somente considerar a função de abrigo ou a infraestrutura habitacional no sentido restrito, mas tratar da questão de habitação significa considerar também “aspectos ligados à lei, solo/lugar, integração urbana/territorial, infra-estrutura e casa e mecanismos da sua provisão pelas famílias.” Assim sendo, a não consideração destes cinco aspectos inviabiliza e torna insustentável tratar da questão da habitação numa perspectiva de “sustentabilidade” (CARRILHO e LAGE, 2010).

COVID-19 e mulheres

Aspectos relacionados com mulheres em momentos da pandemia no Brasil incidem mais em debates sobre as relações entre parceiros e a evolução dos casos de violência baseada no gênero, tal como sustenta Matos (2020). Para esta autora “em tempos de pandemia da COVID-19, infelizmente, os papéis de gênero podem mais uma vez actuar contra as próprias mulheres, colocando-as ainda mais em risco e vulnerabilidade (Idem, p. 256).

Pisani (2020) também apresenta a dimensão estrutural, focando a sua análise na vulnerabilidade ligada aos efeitos das medidas preventivas para a mulher que outrora já enfrentava a violência baseada no gênero antes do aparecimento da COVID-19.

No momento da reclusão de homens e mulheres é importante considerar a sobrecarga das tarefas no meio ambiente familiar, o cansaço físico, emocional e mental que enfraquece o sistema imunológico da mulher, deixando sujeitas, portanto, às diversas infecções e doenças, inclusive a COVID-19. Para além da iniquidade referente à divisão dos trabalhos domésticos, ela também aponta para questões ligadas a violência física e sexual contra as mulheres e a dificuldade na manutenção da vida sexual e reprodutiva das mulheres em tempos da COVID-19 (Idem).

Estudos realizados em Moçambique sobre as mulheres em tempos de COVID-19, mencionam o impacto da pandemia em mulheres grávidas e nas que estão a amamentar (PIRES *et al.*, 2021), sobretudo pela não adesão as consultas hospitalares e acompanhamento médico-hospitalar. A desproporcionalidade entre homens e mulheres em termos de idade e meios de subsistência (KRAUSS *et al.*, 2022) é ainda mais aflitiva para casos de mulheres que: (a) no seu dia-a-dia dependem da produção e venda de bebidas caseiras em suas residências, pois

“elas não possuem outro meio de subsistência” (Idem, p. 7); (b) buscam água em espaços vizinhos o que influencia ao não cumprimento do distanciamento social (Idem, p. 8).

Num estudo realizado no contexto moçambicano, Nhampoca (2021) percebe que em tempos de pandemia os direitos das mulheres são os menos observados e a sobrecarga de outros trabalhos e ocupações domésticas colocam as mulheres em desvantagens, em relação aos homens.

CAPÍTULO 4: ESPAÇO, CONFIGURAÇÕES HABITACIONAIS E COVID-19

Actualmente, uma das maiores preocupações dos estados a nível mundial tem sido desenhar e fazer cumprir medidas de prevenção contra a COVID-19 (KAULARD, 2020). A partir do mês de Março de 2020, Moçambique passou a colocar em sua agenda medidas preventivas para reduzir a ocorrência dos casos de infecção pela SARS-CoV-2 (INGUANE e ZIMBA, 2021). Neste âmbito, como forma de prevenir a propagação do vírus da COVID-19, Moçambique implementou algumas medidas propostas pela OMS, das quais constam o uso de máscaras faciais, a etiqueta da tosse, o distanciamento físico, a higienização das mãos e objectos pessoais usados regularmente e o “fique em casa”.

No decorrer das entrevistas etnográficas alguns participantes (homens e mulheres) afirmavam que “haaa COVID-19 para mim é só nome”, como se indica na entrevista com Gina sobre as medidas preventivas:

Na verdade essa doença é para todos, mas existem aqueles como eu que não sentem a necessidade de andar a cumprir com essas medidas porque na verdade corona não muda nada na minha vida. Mesmo antes e depois dessa corona existir eu continuo a viver na mesma como mãe e pai sozinha aqui a custear meus filhos, por isso não faz efeito para mim (...) também quem sente essa corona não somos nós assim que já estamos a sofrer, são pessoas que já experimentaram viver e aqueles da cidade, por isso estão toda a hora a dizer corona, corona, corona mata. Mas mata quem? Para mim é só um nome porque na mesma estamos a sofrer como há muito tempo e morte é para todos (Gina, residente do bairro e proprietária de uma casa de aluguer feita por bloco burro, 25 de Novembro de 2021).

Por um lado, o depoimento de Gina remete a ideia de que para além da Covid-19 existem outras dificuldades que ela enfrenta de forma sistemática, fazendo da Covid-19 “só um nome porque na mesma estamos a sofrer como há muito tempo” e simultaneamente uma entre várias situações emergentes existentes no contexto (MACGREGOR *et al.*, 2022).

Por outro lado, a expressão “cidade” mencionada pela Gina fora usada para se referir ao espaço geográfico urbanizado com infraestruturas habitacionais; e/ou para se referir aos residentes abastados residentes na cidade. Igualmente, o trecho acima evidencia um possível distanciamento económico, social e geográfico entre grupos sociais (SANTOS, 2020). Neste

sentido, a pandemia permite revelar a existência de um distanciamento já existente entre as pessoas, grupos sociais, provavelmente assentes numa lógica de sociedade estratificada. Assim sendo, o distanciamento pandémico manifesta-se nessa separação abstrata entre pessoas pertencentes a classes socialmente distintas, em que para a classe desprovida de recursos, a COVID-19 torna-se em mais uma crise a enfrentar (MACGREGOR *et al.*, 2022). Deste modo, este grupo em específico vive um duplo distanciamento: o económico e pandémico.

Nesta ordem de ideias, Santos (2020) sugere a existência de um **distanciamento social** anterior ao aparecimento da COVID-19, marcado pelo distanciamento entre classes económicas e sociais, resultantes de acções capitalistas. Seguindo esta abordagem, questiona-se o real sentido do distanciamento social, assim como os pressupostos (conscientes ou não) existentes por detrás de algumas medidas preventivas.

A impraticabilidade do distanciamento pode também estar associada ao modo como são configurados os espaços habitacionais. Aspectos como as conversas do dia-a-dia, a partilha de alguns alimentos sob a forma de empréstimo (como a farinha de milho ou o açúcar), o uso da sombra do vizinho para se abrigar do sol, ou mesmo para a partilha de refeição quando o outro não possui comida fazem dos contactos sociais parte da vivência entre as pessoas.

Pode-se depreender que alguns participantes demonstravam que os contactos entre eles encontravam-se inalterados, podendo sofrer mudanças em casos de existência de um vizinho com possíveis sintomas graves da COVID-19. Assim, a inexistência de possíveis sintomas graves da COVID-19 condicionava a permanência dos contactos sociais, as visitas e conversas, e a proximidade das cadeiras e dos corpos no momento das conversas.

Contudo, o cumprimento do distanciamento social está de certo modo associado aos tipos de casa, no qual os espaços fluídos e de acesso individual e colectivo (casas de aluguel e uso de uma mesma torneira de água) fazem do distanciamento social uma medida impraticável. Esta impraticabilidade assenta no facto de que o habitar tem de ter em conta o acesso a serviços básicos como água para consumo diário e alimentos adquiridos nas vendas diárias.

4.1. Espaços habitacionais

Nesta secção iremos concentrar a discussão em torno dos aspectos da casa construída a base do bloco burro como possível “estabelecimento adequado” para fazer cumprir o imperativo de

“confinamento de pessoas em domicílio ou em estabelecimento adequado” (Boletim da República de Moçambique (2020).

No contexto estudado as casas construídas à base de bloco de argila eram maioritariamente constituídas por um compartimento, no qual dividiam o mesmo em quarto e sala com recurso a uma cortina. Durante as noites, o quarto e a sala eram espaços utilizados para dormir. Em dias de chuva, o quarto e a sala serviam como espaços de abrigo, os quais aparentavam ser espaços insuficientes para abrigar as famílias durante o dia.

Nos espaços habitacionais, para além das casas, nos quintais existiam casas de banho, um espaço no cantinho do quintal usado para confecção de alimentos (por vezes com alguma vedação feita à base de chapas de zinco). Em espaços com unidades habitacionais, a cozinha, casa de banho e o quintal eram partilhados pelos proprietários e inquilinos, permitindo assim que a “casa se defina tanto um espaço íntimo e privativo de uma pessoa, quanto um espaço máximo e absolutamente público” (DAMATTA, 1997: 8).

Entretanto, não somente o que se encontrava no espaço habitacional era partilhável, mas os contactos e interações estendiam-se até à rua, pois “a casa projecta-se na rua quando recriamos no espaço público o mesmo ambiente caseiro e familiar” (Idem: 19).

A partir das observações e as entrevistas etnográficas pretendia compreender de que maneira o tipo de habitação tornar-se-ia ou não condicionante para o cumprimento da medida preventiva de ficar em casa. Nos primeiros dias de trabalho de campo foi possível perceber que nos quarteirões visitados existiam habitações construídas à base de bloco de cimento, areia e cobertura de chapas de zinco – habitações localmente designadas como “casa melhorada”; e habitações construídas à base de blocos feitos de argila (bloco burro), água e areia – habitação que uma das participantes designou por “casa que ajuda os outros a viver no mundo”.

“Casa melhorada”

A ideia de casa melhorada (figura 6) resulta da experiência que algumas participantes, responsáveis pelo agregado familiar têm de viver em casas construídas à base de bloco feito à argila e água. Estas explicavam que a “casa melhorada” ou feita à base de blocos de cimento constituía o sonho habitacional de qualquer família que estivesse a viver numa casa construída à base de bloco burro.



Fig. 6: Habitação construída à base de bloco de cimento, areia, ferros e cobertura de chapa de zinco (foto tirada pela autora, 07 de Dezembro de 2014).

Esta expressão fora usada por Rosa, participante que habitava em um espaço composto por cinco unidades habitacionais (construídas à base de bloco burro), dos quais três estavam em aluguer e ocupados por inquilinos. Esta participante era viúva e responsável por três netos órfãos de pais, tinha como fonte de sustento a pensão do seu falecido marido e a produção de bolinhos caseiros. Em uma das nossas conversas na sombra da mangueira existente no quintal da Rosa, esta contou que:

Esta casa que tenho é feita de tijolo que é bloco burro e areia. Quando ele [referindo-se ao falecido marido] morreu custeei as despesas sozinha, mas tinha muita produção de milho na machamba e vendia bons sacos. Com esse dinheiro comprei bloco de cimento no estaleiro e levantei esta minha casa de dois quartos e sala, mas não sei quando vou terminar (...) Estou a espera de ter algum valor para levantar minha casa de cimento (...) porque haa eu também quero ter uma casa melhorada, porque aquela ali é só casa e eu quero sentir o que os outros sentem quando dormem numa casa melhorada com cimento e chapas de zinco (Rosa, residente do bairro e proprietária de quatro casas de aluguer, 26 de Novembro de 2021).

“...também quero sentir...” palavras usadas por Rosa expressam o desejo de experienciar “o que os outros sentem quando dormem numa casa melhorada...”. Neste sentido, Rosa não somente expressa o que sente na relação com a casa de bloco de cimento inacabada, mas esta é tomada como “um estado de espírito, um sentimento” (Santos, 2019) em relação ao significado que ela atribui à casa que tem “feita de tijolo que é bloco burro e areia”. Deste

modo, o sentimento reflectido por Rosa na expressão “...*também quero sentir...*” permite analisar “as resistências, emoções, sentimentos e visões” (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987:31) em relação à casa de bloco burro na qual vive, pois para ela “...*aquela ali é só casa...*”. Assim sendo, questionamo-nos: o que é casa para Rosa?

Segundo as conversas tidas no terreno, o bloco de cimento nos estaleiros do bairro vende-se a 13 meticais o tamanho 10 (bloco com dimensões 9x19x39cm) e 20 meticais o tamanho 15 (bloco com dimensões 14x19x39cm). Tomé, um dos participantes da pesquisa e pedreiro de profissão informou que os blocos de cimento são mais duradouros em relação ao bloco burro.

Segundo Tomé, em dias de chuvas torrenciais, como a experiência que alguns agregados familiares viveram com o ciclone IDAI no Centro de Moçambique, algumas paredes de casas feitas de bloco de argila desabam com a chuva. Assim, para Rosa a construção de uma habitação feita com base em bloco de cimento é vista como uma casa segura contra deslizamentos ou ciclones.

“Casa para ajudar as pessoas a viver no mundo”

Gina é uma mulher separada do seu parceiro e vive com os seus dois filhos. Esta possui duas unidades habitacionais: uma onde vive e outra que aluga. Numa das conversas Gina contou:

Aqui eu sou mãe e pai desta casa. Só estou a viver pela graça do Senhor. As casas que tenho é para ajudar as pessoas a viver no mundo, porque estou a aguentar principalmente nos dias de chuva não dá segurança porque pinga dentro já que tecto dele não é de chapa de zinco, só aguenta pelo plástico. Na verdade eu com minha casa só estou a acompanhar os que vivem porque casa de matope é pah...é casa porque é a única que tenho e pelo menos dá para dormir, mas se pudesse construía outra de cimento (Gina, residente do bairro e proprietária de uma casa de aluguer feita por bloco burro, 25 de Novembro de 2021).

A afirmação, “*casas que tenho é para ajudar as pessoas a viver no mundo*” (figura 7) possui em si aspectos curiosos a explorar. Numa primeira impressão a expressão “*casa para ajudar as pessoas a viver no mundo*” poderia remeter a ideia de que Gina se referia ao negócio de aluguer de casas que esta possuía.

E também porque arrendo aquela ali por um valor de 600 meticais e dá para alguma coisa no final do mês (...) As casas que eu tinha algumas caíram porque as partes que não estavam rebocadas com matope não aguentaram. (Gina, residente do bairro e proprietária de uma casa de aluguer feita por bloco burro, 25 de Novembro de 2021).

No entanto, pelo que pude perceber a ideia de “*casa para ajudar as pessoas a viver no mundo*” também estava relacionado à insatisfação de Gina em viver em uma casa construída à base de bloco burro, sobretudo por esta não oferecer segurança e garantia a longo prazo.



Fig. 7: Casa de Gina feita com base em bloco burro (foto tirada pela autora, 25 de Novembro de 2019).

Entretanto, comparando às casas feitas à base de bloco de cimento, as casas construídas com bloco burro são vistas como um “caminho” a percorrer para ascender a uma casa feita de bloco de cimento, tal como referenciou Rosa “...*é só casa...*” Gina afirmou que “*eu com minha casa só estou a acompanhar os que vivem*”, pois segundo ela sua casa é insegura, principalmente em dias de chuvas, tanto pela possibilidade do bloco burro dissolver-se pelo excesso de chuva, como pelo tecto feito à palha e plástico que pinga no interior da casa (ver figuras 8 e 9). Um dado que parece importante que se realça da fala da Gina é a possível relação entre a vida e o espaço habitacional como parece evidenciar a expressão “*só estou a acompanhar os que vivem*”. No que consiste então a vida? Quem são “*os que vivem*”?



Figs. 8 e 9: Cobertura da casa de bloco burro: palha, bambú, tiras de redes de mosquiteiras e plástico preto (foto tirada pela autora, 25 de Novembro de 2014).

A percepção de si com foco no espaço está provavelmente associada à dimensão simbólica que ocupa esse espaço na vida das pessoas. Por outra, “está associada à forma como estas pessoas se orientam no mundo e, portanto, com o espaço social ligado à noção que tem de si mesmos” (SIKOTA 2018: 72). No caso de Gina, a partir dos materiais usados para a construção da sua casa, esta constrói a sua ideia de casa a partir da experiência que possui na casa onde vive.

Nas conversas tidas com Adelina e Clara, estas mencionaram que a construção de uma casa de bloco burro é dispendiosa, pois há sempre necessidade de manutenção das paredes e do bloco quando as chuvas são intensas. Quando não é possível produzir blocos para a manutenção da sua casa, opta-se pela colocação de plástico nas laterais para a estabilidade da parede, como pode-se ver na figura 10.

Um detalhe não menos importante era o tamanho das janelas. Alguns participantes referiam que o tamanho reduzido das janelas estava relacionado com o elevado índice de criminalidade existente no bairro. Por outra, outros faziam menção à capacidade de uma construção feita à base de bloco burro em aguentar aros de madeira maiores, isto é, pelo peso que a madeira pode exercer numa parede feita à argila trabalhada.



Fig. 10: Casa em manutenção com plástico na parede para prevenir desabamento da parede em período de chuvas (foto tirada pela autora, 29 de Novembro de 2019).

Quanto ao período de manutenção das casas, os participantes explicavam que geralmente era realizada uma a duas vezes a cada dois anos, dependendo da intensidade das chuvas.

As casas construídas com bloco burro são um dos tipos de habitação que mais existe no bairro. Entretanto, até a minha saída do campo foi difícil entender os motivos desta designação “bloco burro” (figura 11), mas a produção dos mesmos pode também ser feita por mulheres.



Fig. 11: Bloco burro no processo de secagem; de lado a palha usada para a cobertura (foto tirada pela autora, 07 de Dezembro de 2019).

4.2. Partilha de espaço e pertencimento

Um dado interessante em relação aos espaços com unidades habitacionais era a existência de uma torneira, que era usada por todos os ocupantes do espaço, assim como pelas vizinhas que não possuíam água canalizada em seus espaços habitacionais. A existência desta torneira permitia o acesso à água para a proprietária, os inquilinos e a vizinhança, fazendo deste um recurso partilhável, tornando o espaço habitacional um espaço comum (BISSIO, 2013).

No entanto, tendo em conta que o manejo da torneira era feito com recurso à mão, esta podia constituir um vector para a propagação da COVID-19; e neste espaço habitacional era raro ver algum participante a fazer o uso do álcool em gel ou do sabão para a higienização frequente das mãos contra vírus.

O espaço habitacional de Rosa

Numa tarde quente eu conversava com a participante Rosa sobre as suas casas no refúgio de uma sombra produzida por uma das casas de aluguer. No mesmo lugar estava uma das inquilinas que vou apelidar de Josefa, de provavelmente 20 a 30 anos de idade, residente no espaço habitacional de Rosa. No primeiro dia pensei que Josefa era parente consanguínea da Rosa, pelo modo como estas se relacionavam e porque na maior parte de vezes que eu visitava Rosa, Josefa estava sentada em casa da Rosa a ajudar nas tarefas domésticas. Entretanto, no decorrer do trabalho de campo Rosa contou-me que Josefa era uma das suas inquilinas, e que a relação entre ela e os inquilinos era harmoniosa.

Num dia desses de visita, eu, Rosa, Josefa conversávamos sentadas numa das sombras reflectidas por uma das casas dos inquilinos no chão seco e poeirento. Num dado momento Rosa teve que se ausentar da sombra para gerir os afazeres na sua casa e Josefa em tom de desabafo contou o seguinte:

Eu fazia negócio de venda de roupa usada (...) Com corona tudo caiu porque as pessoas não têm dinheiro para comprar roupas. Assim a vida está difícil (...) prefiro morar em Quelimane com minha sogra (Josefa, residente do bairro, mãe de dois filhos e inquilina de uma das casas pertencentes à Rosa).

Desta fala Josefa mostra que a relação aparentemente harmoniosa entre Rosa e os inquilinos pode ser um processo de negociação face às situações de vida no qual se encontram. Esta negociação também foi perceptível pelo modo como Rosa se referia às casas de aluguer que se encontravam em seu espaço habitacional aquando da minha primeira visita:

(...) minha casa é todo este espaço que começa ali e termina naquela casa de cimento, que até tive conflito com eles porque construíram no meu espaço (...) todas estas casas são minhas, mas tem inquilinos (Rosa, residente do bairro e proprietária de quatro casas de aluguer)

A expressão “*minha casa é todo este espaço...*” remete à ideia de qualificação do espaço, fazendo do mesmo um elemento qualificante para quem o possui (SICOTA *apud* LEFEBVRE, 2018); assim como pode ser percebido como uma forma de expressar “a relação do espaço habitacional com as necessidades biológicas e sociais dos que o habitam” (BISSIO, 2013:23).

Igualmente faz do espaço como lugar de convivialidade, no qual “quando interiorizado no dispositivo simbólico, o espaço torna-se lugar, remetendo à noção de pertencimento e consequentemente à ideia de limite” (BISSIO, 2013).

No entanto, este limite que neste caso se encontrava a nível abstracto, tornava-se possível de observar a demarcação dos espaços e o devido pertencimento, sobretudo pela acção de varrer o quintal, no qual duas ou três famílias que partilhavam o mesmo espaço habitacional demarcavam o limite do seu espaço por meio do processo de limpeza do quintal com recurso a uma vassoura de quintal.

A vassoura de quintal, um dos utensílios domésticos de limpeza utilizado para varrer, esfregar ou escovar superfícies, permitia demarcar um espaço habitacional do outro. Nesta ordem de ideias, “o acto quotidiano de varrer determina e demarca o espaço de uso doméstico (...) o acto de varrer marca o fim de uma casa e início de outra (JOSSIAS, 2016:180-181). Deste modo, como forma de demarcar o limite de um espaço em relação ao outro, recorria-se ao acto de varrer o quintal. Assim, cada proprietário varria a parte que lhe pertencia e era possível perceber pelos diferentes desenhos marcados no chão pela vassoura de quintal.

Na mesma perspectiva, a partir das observações pelo espaço habitacional, percebe-se que Rosa movimentava-se pelos espaços onde estavam localizadas as casas em aluguer, assim como a seu convite sentávamo-nos nas bancadas de qualquer uma das casas que tivesse sombra para nos abrigarmos dos raios solares.

A partir do negócio de aluguer, o espaço habitacional que alberga unidades habitacionais tido como fonte de renda para a proprietária do espaço possibilita contacto com os inquilinos e acesso aos seus espaços. Nestas circunstâncias, as experiências de Rosa e da Josefa revelam “o quanto o espaço não é indiferente às experiências dos sujeitos, cujos acontecimentos vividos no dia-a-dia fazem com que a casa seja um espaço vivo e construído não só com o erguer das paredes, mas através dos eventos da vida particular de seus moradores, o que caracteriza as experiências no lar” (AZEREDO, 2016:209). Neste sentido, Rosa e os ocupantes das casas de aluguer movem-se nesses espaços, fazendo dos mesmos espaços comuns (BISSIO, 2013) de acesso individual e de interações entre pessoas.

Esta acção de se mover de um espaço ao outro remete a ideia de que “a mobilidade perpassa o espaço geograficamente delimitado, alcançando o mundo das ideias e como os corpos humanos se vêem e vivem no mundo” (CSORDAS, 2013). Esta impraticabilidade da medida preventiva

neste contexto, provavelmente resulte daquilo que as pessoas consideram como significativo, em detrimento do que se estabelece como medida preventiva contra a propagação da COVID-19. A noção de casa enquanto infraestrutura construída foi abordada nestas secções. Nas secções a seguir irei abordar a dimensão simbólica desta infraestrutura materialmente existente.

4.3 “Casa” e seus significados

Nesta subsecção, interessa-me trazer aqui os significados que alguns participantes atribuem à casa conforme as experiências vividas e memórias colectivas destes. É neste contexto habitacional de casas de bloco burro que colhi experiências de homens, mulheres de diferentes faixas etárias. Segundo as experiências contadas por três mulheres viúvas e responsáveis de família, foi possível perceber que as experiências e as situações de vida de cada uma delas se torna a base a partir da qual estas compreendem e definem a casa.

Aluguel de quartos como fonte de rendimento

O aluguer de casas constitui nalguns casos fonte de rendimento. Segundo dizeres de alguns participantes, esse negócio é mais lucrativo porque as casas são construídas com material disponível localmente, a argila. Segundo Rosa, outro factor que condicionava a prática deste negócio é o facto de se considerar que é o mais prático a se fazer, “*pois se o inquilino não cumpre com o pagamento no final do mês ou três meses seguidos é só mandar girar e pôr outro inquilino*” (Rosa, residente do bairro e proprietária de quatro unidades habitacionais no seu espaço geográfico, ver figura 12):

Eu culimava e fazia tijolo e para mandar fazer essas casinhas para o quê? Para mandar alugar e aumentar aquele subsídio que eu recebo do meu marido para reforçar. São casas de aluguer (...) Pelo menos estou a fazer alguma coisa com aluguer destas casinhas para reforçar porque já sabe subsídio do marido é pouco. (Rosa, residente do bairro e proprietária de quatro casas de aluguer, 2 de Dezembro de 2021).



Fig. 12: Espaço com unidades habitacionais partilhado com três inquilinos (foto tirada pela autora, 05 de Dezembro de 2019).

Em princípio, Rosa considera o negócio de aluguer de quartos como um reforço para o subsídio de pensão que recebe pertencente ao falecido marido. O custo de aluguer varia entre 600 a 1000 meticais mensal, dependendo da existência ou não de energia. Entretanto, neste espaço habitacional existia uma torneira de água canalizada que é usada por todos os membros do espaço. Assim, se o inquilino faz o uso da água e energia paga 400 meticais e adicionados aos 600 de aluguer perfazem os 1000 meticais mensais.

Casa como espaço para dormir e esconder da chuva

Do ponto de vista geográfico, a casa é uma porção do território assentada num espaço e se constitui enquanto um lugar, no momento que é apropriado e simbolizado pelos sujeitos que a habitam (AZEREDO, 2016; BISSIO, 2013). Este modo de conceber a casa passa a caracterizar o ponto que irei abordar nas próximas linhas.

No meu primeiro dia de trabalho de campo, aquando do exercício de observação com vista ao reconhecimento dos quarteirões e as infraestruturas habitacionais, um dos aspectos que chamou a minha atenção foi o tamanho das casas e o número de membros existentes em alguns agregados familiares.

Por causa das chuvas, os primeiros dias de campo foram dedicados às observações na companhia da assistente de pesquisa¹¹, mas a cada caminhada pelos quarteirões víamos mulheres, crianças e homens sentados na porta ou próximo à entrada das suas casas feitas por bloco de argila, que a cada batida da chuva podia-se sentir o cheiro de terra lavada. Não só o

¹¹ Responsável pela tradução das línguas locais para o português e vice-versa.

cheiro da mistura da chuva e terra me invadia as narinas, como também a visão de pessoas “aglomeradas” em casas feitas de bloco burro também me intrigava.

Numa conversa tida com uma das participantes, esta contou que em dias de chuva permaneciam dentro de casa para se abrigar da chuva. Entretanto, segundo ela a situação torna-se um pouco incômoda quando estão todos os membros do agregado na casa, principalmente devido as crianças que tendem a explorar os espaços do interior da casa para brincar. Pude observar que em dias de sol, a casa servia somente para dormir e guardar comida, pois aproveitavam os espaços exteriores da casa (o pátio) para se sentarem, estar na vizinhança e conversar à sombras das árvores, assim como fazer a refeição na companhia e partilha com as vizinhas.

Esta atitude de estar e habitar os espaços pareceu-me interessante, principalmente em tempos de pandemia, período em que a chamada de atenção era o “ficar em casa”, pois por um lado, permite perceber que os corpos nas suas interações sociais criam espaço para que a sua agência responda ou não ao cumprimento da medida preventiva a partir daquilo que lhe é significante: não passar fome. Deste modo, “a casa dialoga com o mundo ao redor” (AZEREDO, 2016: 208).

“Não tenho marido... não tenho casa”

Letícia é uma mulher viúva, mãe de cinco filhos, vende de carvão em pequenas porções em sua residência e possui uma porção emprestada de terra na vila de Bengo que usa para plantação de milho e mandioca para consumo e venda. Enquanto conversávamos, Letícia apontava o monte de blocos que estavam na parte traseira da casa e se lamentava, dizendo:

Por isso meu marido queria construir casa de cimento com aqueles blocos ali (...) meu marido era antes de morrer (...) Assim que ele morreu e eu não tenho dinheiro para construir, já não tenho casa. Minha casa é essa que morreu com meu marido, mas fazer como? (...) Mesmo aquele carro ali, meu marido é que comprou (...) assim ficou sucata como aqueles blocos que estão a apodrecer e nem dá para vender, porque é esforço e recordação do meu marido (Letícia viúva, mãe de cinco filhos, vendedora de carvão em pequenas porções em sua residência, 4 de Dezembro de 2021).

No trecho “*não tenho marido...não tenho casa*”, Letícia se referia ao marido focando na habilidade que este possuía em construir uma casa de bloco de cimento, mas que por conta do seu falecimento, o seu sonho que o marido havia iniciado, também “falecera”.

É possível afirmar que as casas absorvem as histórias de vida de seus habitantes, “pois são as experiências na casa que a qualificam como tal; e através delas nos sentimos ou não em casa” (AZEREDO, 2016:208).

Por seu turno, as experiências da Letícia fazem de um espaço geográfico um lugar de memórias com significados que resulta na visão do que ela possui como casa. Assim, a casa não é só um espaço geográfico ou uma infraestrutura construída, mas uma infraestrutura construída com a presença do seu marido, com fins quer de segurança financeira, quer de presença física da pessoa envolta em sentimentos e memórias.

“*Minha casa é essa que morreu com meu marido, mas fazer como? (...)*” Seguindo o modo como a participante idealiza a casa, esta não somente existe a nível infraestrutural, mas passa a ser representada “como um lar associado a memórias, emoções, sonhos, identidade e intimidade” (ESCOBAR, 2018:39). Assim sendo, a casa torna-se um local de expressão de experiências vividas (AZEREDO, 2016) e um lar envolto em sentimentos e significados (Escobar 2018).

Neste sentido, a casa constitui parte das lembranças que a participante possui em relação a seu falecido marido: “*...porque é esforço e recordação do meu marido*”. Nestas circunstâncias, a casa torna-se um objecto com vida, não somente uma infraestrutura, passando assim a adquirir características semelhantes a de um ser vivo (LEFEBVRE, 2006) quando interiorizado no dispositivo simbólico das mentes das pessoas (BISSIO, 2013).

Associada à visão de Azeredo (2016), o arquitecto Filipe (2014) discute sobre o processo da construção da casa relacionado aos valores da intimidade no espaço doméstico. Este apoiado em abordagens de Gaston Bachelard refere:

A casa é o espaço concreto onde valores de intimidade protegida se desenvolvem e que, por sua vez, assumem um lugar de destaque que se sobrepõe à memória factual. Habitar um espaço ou descrever um espaço habitado não passa pela descrição de episódios, mas por uma busca de imagens que compõe o entendimento do que é o espaço doméstico na perspectiva de

cada um. São valores de intimidade que estabelecem a função e modo de habitar (FILIPE, 2014:13).

Assim, “a casa é então uma construção mental estabelecida pela experiência do habitar de cada sujeito, e é tal construção que dita a essência de casa” (FILIPE, 2014:15). Seguindo esta perspectiva de se pensar a casa, Letícia em sua fala não somente apresenta as memórias da sua intimidade com o falecido marido, como reflecte a ideia do significado dessa intimidade para pensar e vivenciar o desejo que ela tem de uma casa de bloco de cimento que almejavam construir.

Num contexto pandémico caracterizado pela exigência de se permanecer em casa, há que se ter em conta a possibilidade de impraticabilidade desta medida preventiva, pois a variável “casa” para além de infraestrutura é também é produto das relações entre as pessoas e do significado que estas atribuem à mesma. Deste modo, a Letícia afirma: “... Assim que ele morreu e eu não tenho dinheiro para construir, já não tenho casa. Minha casa é essa que morreu com meu marido, mas fazer como?”

Igualmente, seguindo a lógica do espaço como lugar de vivência (ESCOBAR, 2018), compreende-se que a rotina diária de alguns participantes é estabelecida na comunicação e acesso ao espaço do vizinho. O saudar pela manhã, aceder ao espaço vizinho quando se sente falta de algum alimento/utensílio e a noção de que o vizinho é aquele que acolhe em casos de necessidade, são práticas que fazem o dia-a-dia de alguns participantes. Nesta lógica, o corpo individual experiencia o “fique em casa”, convivendo com as outras pessoas e continuando a se fazer à rua.

Porém, o ficar em casa está também relacionado com a possibilidade de mecanismos de provisão das famílias, com vista a tornar sustentável a questão de habitar (CARRILHO e LAGE, 2010). No próximo capítulo irei abordar os meios de sustento, de forma entender os mecanismos de procura de dinheiro, com vista a suprir a necessidades básicas, para então se ficar em casa.

CAPÍTULO 5: MEIOS DE SUSTENTO E O ENTRELAÇAR DE CRISES E DE EXPERIÊNCIAS

A economia de Moçambique tem como bases o sector formal e “informal” e os meios de sustento provenientes destes sectores são a base alimentar dos moçambicanos, quer diária ou mensalmente (SAMBO e SIÚTA, 2020).

O debate em torno do conceito de vendedor ambulante insere-se nas questões relativas aos conceitos formal e informal. O termo “economia informal” tornou-se corrente a partir dos anos 1970 como um nível das actividades económicas que decorrem fora das “normas” das instituições oficiais (HART, 1985). A economia “informal”, tal como o comércio, surge como estratégia de sobrevivência para gerar rendimentos e é uma consequência de desequilíbrios, distorções ou rupturas de mercado e de políticas desajustadas (MOSCA, 2009).

Nestas circunstâncias, a “sustentabilidade” para “ficar em casa” tem como condicionante a existência ou não de alimentos (CARRILHO e LAGE, 2010). Entretanto, importa referir que em relação a “meios de sustento” o olhar será reduzido a aspectos específicos resultantes das experiências vividas pelos participantes.

Os participantes da pesquisa têm na sua maioria como meio de sustento a combinação de trabalhos formais com outras fontes de rendimento que vão desde a actividade agrícola (machamba), a venda de produtos alimentares (peixe seco, carvão, cogumelo seco, açúcar ou outro alimento em pequenas porções) em bancas localizadas em suas residências e outros ainda à realização de *biscato*, ou o aluguer de casas. No entanto, existe um grupo específico que também tem como parte do sustento o apoio fornecido por entidades governamentais, aspecto que iremos abordar mais adiante.

5.1. A alimentação diária

A história de Letícia

Letícia possui uma porção emprestada de terra que usa para produzir milho e mandioca para consumo e venda. Aquando da nossa viagem à sua machamba que está localizada na vila de Bengo, que dista a 13 quilómetros da Cidade de Chimoio. Ela contou-me que frequentemente faz o percurso a pé. Pedi a ela que fizéssemos o trajecto até sua machamba, pois pretendia sentir e perceber o percurso que ela normalmente fazia para aquisição de alguns mantimentos que fazem a base alimentar diária da sua família. Num estudo realizado por Braga (2019:4), na província de Manica, esta percebeu que “as machambas, que se destinam sobretudo ao cultivo

do milho e outros cereais, são geralmente bastante distantes levando até a que alguns membros dos agregados familiares fixem lá temporariamente a residência nos períodos de intenso trabalho agrícola como a sacha ou a colheita”.

De volta a história de Letícia, na manhã seguinte, por acaso uma manhã quente, cheguei à casa dela pelas 6:30 minutos e ela já estava pronta para mais uma ida a machamba. Eu estava de sapatilhas e umas bermudas, um lenço, uma capulana na pasta pronta para uma caminhada desconhecida. Ela pegou em sua enxada e cesto e caminhamos em direcção à cidade, com vista a chegarmos às proximidades da vila de Bengo. Chegadas à cidade, concretamente à paragem dos transportes de Gondola fizemos o trajecto até Bengo usando transporte público. Chegado à vila de Bengo caminhamos por uns 15 minutos da paragem à casa de sua irmã que vive com as filhas, o marido e a sogra.

Após as saudações e apresentações, pegamos nas enxadas e fizemos a caminhada de 25 minutos para a machamba sob um sol escaldante. Chegados ao espaço que ela usa para fazer machamba, ela mostrou-me os limites do espaço e explicou que antes não sabia capinar e que seu marido a ensinou a limpar a terra e semear. Quando ele faleceu ela teve de seguir a mesma actividade sozinha para cuidar dos filhos, dois deles a estudar no ensino secundário.

No meio da tarde, após termos limpado a porção que Letícia desejava trabalhar fizemos o caminho de volta à casa da irmã para devolver as enxadas e despedir-nos. Chegada a casa da irmã fomos recebidas com um prato de milho cozido, confeccionado com sal e óleo designado localmente em Ciwute por Massokwere (ver figura 13).



Fig. 13: Prato de Massokwere (foto tirada pela autora, 07 de Dezembro de 2019).

Este preparado fora confeccionado pela manhã e usado como a primeira refeição do dia, e eram aproximadamente 14 horas. Provei do prato que possuía um sabor agradável, e que naquele momento ajudou a “matar a fome”, pois desde a manhã não havia tomado nenhuma refeição. Contudo, comi apenas quatro colheres, pois senti um certo peso no estomago, possivelmente por ter sido a minha primeira refeição do dia.

Da experiência acima citada é possível perceber que no caso específico de Letícia, o meio de sustento provém da venda de carvão e a colecta de produtos cultivados na sua machamba, como o milho, mandioca e algumas verduras como o quiabo e a nungumira¹².

Segundo a participante, o negócio de carvão rende algum lucro, pois o saco de carvão adquirido a 270 meticais é distribuído em pequenos plásticos e revendidos entre 10 a 15 meticais. No entanto, o lucro é mínimo, pois o processo de revender o produto a 10 meticais permite uma margem de lucro diário, de aproximadamente 50 meticais, correspondente a cinco sacos plásticos pequenos. A situação pode tornar-se ainda penosa, pois a compra deste produto não tem muita procura, pelo facto de ser produzido localmente e estar acessível a quem puder pagar pelo preço do saco.

Entretanto, segundo experienciei na ida à machamba, o trajecto feito por esta participante para o cultivo e colheita de milho e mandioca é longo, sobretudo se o mesmo for realizado a pé. Igualmente, a experiência permitiu-me entender que na falta de condições monetárias para o uso de transporte público, a busca de alimentos (como milho para a produção de farinha de milho para o cozinhado da massa) torna-se condicionante para a existência ou não de almoço ou jantar na casa.

Após a morte do marido, Letícia tornou-se responsável pela busca de meio de sustento, com excepção de alguns casos em que o filho, de aproximadamente 20 anos de idade consegue algum *biscato*, limpando machambas. Importa referir que a produção do milho é também o meio de sustento da maioria dos participantes da pesquisa. Retomando aos meios de sustento, participantes como Rosa e Antonieta tem a produção de bolinhos de banana (localmente designado *mucate*) e as *badjias* (bolinhos fritos preparados à base de feijão nhemba moída, sal, alho e água) como meios para adquirir algum dinheiro, para além dos subsídios que para alguns, como é o caso específico dos idosos, “o subsídio governamental de segurança social é a única forma de terem comida na mesa” (JEQUETE, 2020).

¹² Expressão em Ciwute para se referir a uma planta amarga e ácida, usada como alimento em algumas épocas do ano.

Todavia, um dado curioso a ser explorado em relação à prática de venda de produtos em casa foi ter percebido que a produção e venda de *mucate* e *badjias* para além de serem um dos meios de sustento são também uma referência no quarteirão, o que faz com que seu espaço habitacional seja visitado por jovens, adultos de ambos sexos, crianças.

A procura do *mucate* torna o espaço habitacional de Rosa um espaço de entradas e saídas, fazendo do mesmo um mercado residencial. Este conceito “mercado residencial” é referido por Jenkins (2001), no qual a partir de um estudo realizado em algumas regiões peri-urbanas da cidade de Maputo, percebeu que os espaços habitacionais para além de serem espaços de consumo, com a reformulação de políticas de mercados estes se transformaram em espaços de produção (BISSIO, 2013).

Em tempos da COVID-19 e da medida preventiva “fique em casa”, a necessidade de busca de alimento tornou-se um desafio para os participantes de pesquisa com quem pude conversar, mas isso não os limitou para saírem às ruas. No caso específico da participante Antonieta, esta tinha as *badjias* como meio adicional para o sustento diário. Para a venda deste alimento, esta tinha de deslocar-se da sua residência para vender pelas ruas da cidade de Chimoio. Entretanto, o deslocamento e venda ambulante caracterizada pelo conflito com a polícia municipal aumentava o risco de Antonieta regressar sem algum valor suficiente para compra de “*caril*”¹³ usado para acompanhar com *xima*¹⁴ ou arroz, condicionando assim a possibilidade de se manter em casa.

“Almojanta”

Naquele contexto, os participantes faziam referência frequente a almojanta. Esta expressão que combina as palavras almoço + jantar = almojanta demonstra criatividade mas reflectia a dor da fome. De acordo com as experiências contadas pelos participantes de pesquisa, a almojanta é uma expressão usada para se referir à refeição tomada entre as 14h00 ou 15h00 durante o dia. Segundo os participantes a refeição era tomada nesse horário por dois motivos: (1) alguns pela falta de alimentos, no qual pela manhã por vezes tomavam a papa e as 15h00 podiam tomar a refeição do dia, pois era a hora de equilíbrio entre o dia da toma e a espera para as 15h00 do dia seguinte. Assim, se fosse possível ter a refeição das 15h00, estes deviam comer quantidades capaz de assegurar a fome até as 14h00 ou 15h00 horas do dia seguinte, ou à hora da papa (que por vezes era acompanhada com sal, na ausência de 5 MT (Cinco meticais) para a compra de

¹³ Caril: expressão localmente usada para se referir a molhos ou caldos que acompanham xima ou mandioca.

¹⁴ Xima: expressão geralmente usada para se referir ao cozinhado feito à base de farinha de milho e água fervida.

açúcar); (2) para os casos de agregados familiares como o de Tomás, a almojanta permitia a redução de despesas alimentares. Segundo contou este participante:

Eu agora estou incomodado e não posso trabalhar (...) Aqui em casa somos muitos, e minhas filhas que já têm filhos voltaram de seus lares e não trabalham. Aqui assim quem traz comida é mamã, que faz negócio de venda de manga aí no mercado (...) Épah, temos de esperar, se fazemos todas as refeições vamos acabar farinha que tem, para eu que estou a medicar é difícil, mas não tem outro jeito, temos que esperar (Tomás, chefe de quarteirão 13, pai de sete filhos, dos quais uma gestante, três netos e uma esposa em estado de amamentação, entrevista realizada a 8 de Dezembro de 2021).

No caso deste participante, a almojanta é uma estratégia que permite a redução do número de refeições. Como se pode depreender, a almojanta estava relacionada com os meios para aquisição do sustento diário. Neste sentido, esta estratégia alimentar cobre, igualmente, toda uma ideia de poupança alimentar, dependendo do número de membros no agregado familiar e a insuficiente de alimentos.

Assim, relacionando o ficar em casa com os meios de sustento e a almojanta, a possibilidade de mecanismos de provisão das famílias, questiona-se a possibilidade de se manterem em casa. Face à situação que alguns países como Moçambique vivem, no qual os vendedores informais ganham o dia-a-dia se fazendo à rua para viver, a indicação por parte da OMS para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga estes a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome (SANTOS, 2020:17).

“A experiência de fome está relacionada ao sintoma de viver a realidade com o alimento provisório, insuficiente, de modo intermitente ou crônico, em uma vivência de sofrimento angustiante e agônico, não raramente fatal” (FREITAS e PENA, 2020:36).

Manica é uma das províncias com grande potencial agrícola e condições agro-ecológicas favoráveis, mesmo assim, deparámo-nos com situações de “fome crónica”; e em períodos de escassez é como se a fome fosse naturalizada e normalizada, fazendo parte do quotidiano de algumas pessoas (BRAGA, 2019).

A fome coabita com o sentido agônico, no qual vive-se com medo e cujo sentido associa-se a outros, compondo uma intersubjectividade representacional da condição faminta em cada contexto (FREITAS e PENA, 2020:36).

Seguindo a lógica dos autores acima mencionados, a questão a colocar seria: como ficar em casa, se para ter a almojada do dia é necessário que se saia de casa diariamente. Neste sentido, associando à dificuldade de estabelecimento do distanciamento social, os meios de sustento e a alimentação também passam a ser uma situação que coloca as pessoas em uma posição de escolher entre o experimentar por mais um dia a dor da fome ou correr o risco de ser contaminado pela COVID-19.

5.2. Mulheres Seropositivas e o fique em casa

As experiências de mulheres HIV positivas em tratamento tornaram-se parte da discussão até aqui desenvolvida, pois permitiu trazer à vista como o corpo individual sofredor por conta de uma doença biologicamente identificada experienciava o “fique em casa”. Importa referir que, o acesso aos participantes HIV positivos decorreu por meio das entrevistas etnográficas e conversas informais, no qual estes identificavam-se como HIV positivos e relacionavam esta condição de saúde à questão dos meios de aquisição de alimentos para cumprir com a medicação. Nas próximas linhas trarei as experiências de algumas mulheres, concentrando o olhar na alimentação relacionando com o “fique em casa”.

A conversa em torno do HIV iniciou porque a maioria das participantes da pesquisa eram viúvas. Quando perguntadas pelos motivos da viuvez estas afirmavam que os seus maridos eram HIV positivos e faleceram por conta da doença. Numa das conversas com a participante Lurdes, esta mencionou que no tempo de pandemia recebia a medicação de três em três meses e o processo de tratamento tornou-se mais prático, porque ultimamente tomavam apenas um comprimido por dia, diferente do passado que tinham que tomar pela manhã e de noite. Entretanto ela contou que:

Nos tempos tomava de manhã e a noite, agora tomo a tarde, porque de manhã faz vertigem. A noite quando tomo posso dormir, de manhã não ajuda para nada. Com a comida que tem para tomar comprimidos não ajuda. Lá no hospital costumam nos explicar que não podem deixar de tomar, tem que tomar todos os dias para estar bem de saúde (...) mas coisa de comer não nos ajudam, mas comprimidos nos ajuda muito (Lurdes, residente do bairro, casada e portadora do vírus de HIV, 6 de Dezembro de 2021).

Após conversas com algumas mulheres HIV positivas percebi que a falta de alimentos é um elemento comum para todas. Um dos casos foi a experiência da Flávia.

A história da Flávia

Numa manhã fresca visitei a participante Flávia que estava deitada na sombra existente no seu quintal. Eram aproximadamente 10 horas e logo à entrada vi duas crianças a choramingar e a pedir colo as suas mães, o que era comum pois a casa da Flávia estava situada por detrás da casa de outra participante de pesquisa. Era mais uma manhã de conversa com Flávia que aparentemente estava a descansar. Na verdade, segundo ela, estava a ter vertigens, porque no dia anterior fizeram a almojanta e naquela manhã medicou pelas primeiras horas sem ter algo para comer.

“Indicações sobre o regime alimentar e a nutrição eram parte crucial do aconselhamento prévio ao início do TARV, enfatizando-se que não se devia tomar os medicamentos em jejum (BRAGA, 2019).

Quando ouvi as palavras da Flávia fiquei condoída, facto que fez com que a assistente de pesquisa levantasse e fosse a sua casa buscar farinha para fazer um preparado feito à base de farinha de milho. Ao receber a farinha, Flávia ficou muito agradecida e mandou uma das noras que acendesse carvão para fazer a papa. Enquanto faziam a papa conversamos e ela contou:

Desde que tive a doença já não vou a machamba como dantes, agora vou quando consigo pelo menos para termos milho e fazer farinha (...) e esses dias de corona já não tem muito dinheiro como há muito tempo. (Flávia, seropositiva e uma das responsáveis pelo meio de sustento da família por meio da machamba, 9 de Dezembro de 2021).

Quando a papa ficou pronta, foi-lhe servida e convidaram-nos para fazer parte do momento. Aceitamos acompanhá-la, mas logo à primeira colher fiquei preocupada: a papa era salgada. Com um sorriso perguntei se a papa salgada era alguma prescrição médica. Ela, com um semblante triste informou que era normal tomar papa salgada na falta de 5 meticais para a compra de açúcar. Foi uma situação difícil de experienciar, sobretudo por conta dos debates desenvolvidos em torno da objectividade em pesquisa social e os cuidados a ter com a influência da subjectividade. Entretanto, experienciar aquele momento da papa salgada, fez-me adoptar uma atitude solidária, ajudando com algum valor para a compra de açúcar.

Porém, para o meu espanto a menina que foi mandada para comprar o açúcar regressou a saltitar com quatro plastiquinhos contendo no seu interior açúcar. A minha tristeza foi substituída pela

curiosidade e questionei acerca dos plastiquinhos de açúcar. A assistente e Flávia explicaram que é o costume da zona vender e comprar açúcar e óleo em pequenas porções (ver figura 14).



Fig. 14: Foto tirada pela autora (14 de Dezembro de 2014).

Elas contaram que é mais fácil comprar em plastiquinhos, porque os cinco ou dez meticais é possível adquirir diariamente quando vendem alguma coisa, contrariamente aos 70 a 75 meticais do quilo de açúcar.

Como forma de entender melhor a situação alimentar das participantes HIV em tratamento conversei com uma enfermeira da área de HIV, de um dos hospitais onde as participantes fazem as consultas. Segundo a enfermeira afecta no Centro de Saúde de Nhamaonha, não existia nenhuma demonstração ou prescrição alimentar previamente estabelecida, excepto em casos de pacientes com desnutrição grave.

O “ficar em casa” tornou-se mais uma crise pela qual algumas mulheres viúvas e responsáveis de família deveriam enfrentar. Neste âmbito, as regras do jogo para muitos grupos já estavam pré-determinadas, no qual o vírus não discrimina, mas tornou-se a assimetria social e económica que compromete as condições de desigualdade ao vírus (MENDONÇA, 2020). Deste modo, os grupos sociais que apresentam realidades específicas e que não se enquadram no modelo de respostas desenhadas são deixados à parte em processos de formulações de políticas de prevenção aos impactos causados pela COVID-19 (INGUANE e ZIMBA, 2021).

Neste âmbito, por conta de condições de vida específicas, nas quais algumas participantes de pesquisa se encontravam, estas rebelavam-se contra o “fique em casa” saindo às ruas. No meio das conversas uma delas questionava: *“como vou ficar em casa se o que eu tenho para comer hoje que me ajuda a aguentar com as vertigens dos comprimidos e me faz estar viva tenho que sair para procurar fora?”* (Lina, mãe de quatro filhos e seropositiva em tratamento, 14 de Dezembro de 2021).

Esta questão, embora meio marginal à pesquisa influencia para se pensar o modo como este grupo de mulheres experiencia o “fique em casa” e o entrelaçar entre diferentes “emergências lentas e agudas” (MACGREGOR *et. al.*, 2022:19).

5.3. Crises que se cruzam: “fique em casa”, fome e HIV

A pandemia do COVID-19 criou efeitos marcantes nos sistemas de saúde, economias e meios de subsistência em todo o mundo (MACGREGOR *et al.* 2022). Estes efeitos tornaram-se mais agudos em contextos que já enfrentavam desafios sociais como a austeridade e o aprofundamento das desigualdades, uma situação que tem sido caracterizada como uma das “crises que se cruzam” (MACGREGOR *et al.* 2022).

No contexto estudado, para além da COVID-19, os participantes mencionaram terem também vivido fenómenos climáticos intensos como o ciclone IDAI e dissolução imediata das casas de bloco de barro aquando das chuvas intensas. Nestas circunstâncias, estas situações quando conjugadas ao imperativo de ficar em casa, resultavam em “cruzamento de crises” (MACGREGOR *et al.*, 2022), pelos quais os participantes experienciavam. Deste modo, este cruzamento de crises assentava no facto de estes grupos já terem vivido fenómenos climáticos como o IDAI, que no período da COVID-19 adicionava-se à dificuldade que estes tinham em ficar em casa, sobretudo pela necessidade de provisão alimentar e exercer as suas actividades diárias. Neste âmbito, importa referir que no contexto da vigência do “fique em casa” a provisão alimentar poderia também constituir a experiência de enfrentar outras crises: fome e desespero. Igualmente, este cruzamento de crises tornava-se numa situação ainda extrema para quem estivesse em tratamento de HIV/SIDA, pois no caso específico do contexto estudado percebe-se que a questão alimentar é uma “emergência lenta” que antecede à COVID-19 (MACGREGOR *et. al.*, 2022:19).

Em meio a pandemia e outras emergências já existentes, as pessoas vivem uma intersecção de crises, no qual “estas não apenas aceitam, mas negociam activamente essas interseções à medida que buscam sustentar suas vidas e meios de subsistência, inclusive por meio da reciprocidade e da ação colectiva” (MACGREGOR *et. al.*, 2022:29). Deste modo, em meio a um discurso descontextual, os participantes de pesquisa agiram e mesmo com alimento insuficiente, estes não ficaram em casa, mas criaram estratégias para suprir as suas necessidades diárias saindo à rua.

CAPÍTULO 6: DISCURSOS E O CONTROLO DO CORPO

Neste capítulo, pretendo abordar as consequências de se fazer à rua para busca de alimento diário no mercado informal. A COVID-19 é considerada uma doença que impactou a dimensão económica, social, cultural e política das pessoas em Moçambique (TEAM e MANDERSON, 2020; SAMBO e SIÚTA, 2020). Com o aparecimento da doença e a imposição das medidas preventivas surgem também debates, discursos e ideologias que questionam o modo como a pandemia e as medidas foram implementadas, considerando as diversas condições (in) existentes (TALLIO, 2021; MACGREGOR *et al.*, 2022; CAMBRÃO e JULIÃO, 2020; MENESES, 2020; INGUANE e ZIMBA, 2021). Porém, ao mesmo tempo que se tem esta percepção, uma análise para o modo como são construídas as ideias e discursos em torno do “fique em casa”, permite compreender que o controlo exercido sobre o corpo constitui uma dimensão para se compreender como é efectuado o apoio económico a determinados grupos considerados desprovidos; assim como em contramão, o controlo do modo de pensar e agir dos abrangidos pelo apoio.

No decorrer do trabalho de campo alguns participantes falavam da COVID-19 e a implementação das medidas preventivas aparentemente envoltas numa linguagem conotada a questões partidárias. Numa conversa tida com um casal Lurdes e Tomé, estes reconheciam o impacto negativo da COVID-19 nas suas vidas, principalmente na aquisição de alimentos e redução dos “biscatos”. Entretanto, no final de cada fala Tomé dizia:

(...) apesar da vida que temos que não ajuda nada, porque comida é difícil ter, o governo sempre nos ajudou a ter alguma coisa. Também o governo é como pai para nós e não podemos ser mal-agraçados. Temos de reconhecer que as coisas não são fáceis mesmo para eles. Por isso sempre dizemos “viva a Frelimo, porque tem benefícios” (Tomé, casado, seropositivo e membro do partido Frelimo, estava trajado de uma camiseta branca com o emblema do partido Frelimo, 6 de Dezembro de 2021).

A minha inquietação partiu desta fala “...viva a Frelimo, porque tem benefícios”, no qual a cada participante que tendesse a usar estas palavras instigava-me ter mais informações sobre como o governo associado ao partido Frelimo oferecia benefícios; de que tipo de benefícios se tratava; e como estes benefícios ajudavam ou não na segurança alimentar dos participantes da pesquisa, de modo a que estes pudessem permanecer em casa no período da COVID-19.

Na sua obra *A Ordem do Discurso* (1996), Michel Foucault menciona que o discurso deve ser entendido enquanto um instrumento estruturante, a partir do qual o indivíduo que o domina num determinado momento possui habilidades para dominar todos os outros mecanismos de poder, incluindo os corpos. No caso específico da medida preventiva “fique em casa”, esta para além de ser uma medida sanitária e pública contra a propagação da COVID-19 passou a ser vista como uma forma discursiva usada por músicos, líderes religiosos, dirigentes políticos e na *mídia*. Neste sentido, o “fique em casa” como discurso tornou-se um elemento estruturante de sistemas de relações do modo como algumas pessoas pensavam esta medida, no qual por um lado, questionava-se sobre a autoridade de quem falava e a proveniência do discurso; e por outro lado, ocorria um aparente comodismo ao imperativo da medida, provavelmente resultante da condição hierárquica de quem fazia o uso do discurso.

Neste sentido, o discurso como conceito aqui discutido deve ser visto como um elemento capaz de organizar os corpos, quer por meio do “fique em casa”, quer pelas estratégias desenhadas para minimizar a condição de vida das pessoas em estado de incapacidade para se auto-prover. Neste âmbito, nas subsecções seguintes trataremos as duas formas de controlo exercido sobre o corpo. Segundo as observações e conversas esse controlo era efectuado pela fiscalização policial, assim como por meio de práticas discursivas e acções de ajuda social.

6.1. Controlo Policial e os vendedores ambulantes

Está difícil viver agora sabe! Quando você fica na casa sem mexer as mãos as crianças choram porque querem comer phe..., mas experimenta sair pra rua, na rua você é girado por esses camarárias. Agora eu te pergunto minha filha vamos ficar em casa ou na rua a ser girado? (Antonieta, mulher chefe de família e vendedora ambulante, 30 de Novembro 2021).

É este cenário que caracterizava as ruas dos mercados Central e Feira da cidade de Chimoio, onde existem os vendedores ambulantes. Numa conversa com uma vendedora ambulante do mercado Central soube que algumas pessoas consideradas vendedoras ambulantes ou informais também são vendedoras fixas ou “formais”. Melda contou que:

Nos anos passados eu era ambulante e vendia nas ruas a correr. Mas depois de um tempo consegui acumular um valor e paguei uma banca aqui no mercado. Conseguimos fugir da polícia municipal, mas aqui dentro também tem fiscais que levam produto quando a pessoa não consegue pagar a taxa diária de 15 meticais. Fora tem a polícia municipal que nos gira quando saímos a tardinha (...) Saio

daqui do mercado as 15 horas porque é a hora que lá fora tem mais movimento e ponho meu tomate nas peneiras para voltar para casa as 17 ou 18 horas que é essa hora que fecha o mercado (Melda, casada, mãe de dois filhos e vendedora fixa no mercado Feira e ambulante no final do dia, 31 de Novembro de 2021).

Há que ter em conta que pelo facto de a economia “informal” estar articulada com a “formal” (MOSCA, 2009), estes conceitos devem ser analisados tendo em conta a fluidez dos espaços (HARVEY, 1989) e as dinâmicas dos vendedores segundo seus interesses comerciais. Provavelmente, seja neste sentido que a dinâmica da actividade realizada por Melda e outras vendedoras ambulantes coloca em discussão a noção do que seja ambulante ou vendedor informal.

Segundo dados colhidos no campo, o mesmo vendedor que num primeiro momento do dia encontra-se no interior do mercado e vende seguindo as regras normatizadas para os mercados municipais; num segundo momento do dia, movido pela necessidade de procura de clientes, este vendedor faz a sua actividade no exterior do mercado, tornando-se “informal”. Entretanto, no local de estudo existiam pessoas cuja actividade regular era a venda no exterior do mercado, mas que possuíam suas normas e organização de venda.

Esta organização pode ser percebida a partir do que Antonieta contou:

Eu vendo bajias naquela zona da padaria Índico há 8 anos (...) acordo de manha faço bajias e vou ambulantar lá na padaria (...). Neste tempo de corona as coisas mudaram porque agora tem que sentar num canto e fazer distância, mas não é fácil porque somos muitas. Assim eu costumo sair e ambulantar, mas tem escala para ambulantar ali na padaria porque somos três e fazemos escala durante a semana para saber quem vai vender de manhã e a noite (Antonieta, vendedora de bajias, 2 de Dezembro de 2021).

Partindo da noção de espaço social caracterizado por fluidez (HARVEY, 1989) e resultante das relações sociais (BISSIO, 2013), pode-se assumir que no caso específico da venda em alguns mercados, o que faz um mercado são as dinâmicas de venda exercidas pelas pessoas que segundo seus interesses comerciais desconstróem toda uma ideia de que mercado é um lugar delimitado geograficamente por uma vedação. Assim, a ideia de vendedor formal ou informal mescla-se num espaço marcado por “um processo complexo de descoberta, produção e criação” (LEFEBVRE, 2006:4).

Para além do cuidado em relação ao conceito ambulante, outro dado interessante foi ter percebido a existência de uma atitude coerciva da polícia municipal em relação à venda ambulante e o cumprimento de algumas medidas preventivas. Esta atitude coerciva da polícia municipal era mal vista aos olhos de quem vivia correndo da polícia municipal pelas ruas da cidade de Chimoio.

Após conversas com algumas vendedoras ambulantes e participação no processo de ser “girado” (expressão usada localmente para se referir as perseguições feitas pela polícia municipal) foi possível conversar com um polícia municipal. Este esclareceu que:

Quando apreendemos as mercadorias de ambulantes, estes recebem uma multa de 200 a 500 meticais dependendo do produto e o ambulante tem 7 dias para recuperar a mercadoria (...) A multa baseia-se na metade do valor do produto (...) Em princípio primeiro sensibilizamos os ambulantes para se retirarem dos pontos onde se encontram para venderem no mercado central. Quando se recusam a acatar a sensibilização estes são apreendidos a mercadoria. Quando encontro alguém que é da família a vender num lugar impróprio costumo sensibilizar e mostrar um lugar onde os meus colegas não vão criar muitos problemas, porque família é família e não posso deixar minha família sofrer (Filipe, polícia municipal para a área de Mercados, afecto no mercado Feira e Central da cidade de Chimoio, 2 de Dezembro de 2021).

De acordo com a fala de Filipe, o controlo é realizado em duas fases: num primeiro momento sensibilizam os vendedores ambulantes a venderem nos mercados Feira e Central; num segundo momento quando esta sensibilização é contrariada, isto é, a venda é realizada em lugares exteriores aos mercados mencionados, a polícia possui autoridade para apreender a mercadoria e aplicar uma multa para recuperação da mesma.

A partir da observação feita no mercado Central foi possível perceber que o acolhimento de todos vendedores ambulantes no interior do mercado (considerando os vendedores “formais” que já tem bancas) seria inexequível, pois o espaço geográfico do mercado não permitiria a presença dos dois grupos de vendedores no seu interior, principalmente por conta do cumprimento do distanciamento social.

Por outra, no caso específico contado por Filipe, o processo de sensibilização e apreensão de mercadorias em caso de incumprimento da medida de venda formal depende também do nível de relações de afinidade que alguns polícias possuem com determinados vendedores informais.

Provavelmente, essa seja uma explicação para o comportamento que alguns polícias municipais apresentam, em relação a alguns vendedores ambulantes, que após uma curta corrida voltam a estabelecer-se nos locais de proibição de venda.

Contudo, o controlo exercido pela polícia municipal, com vista a organização dos mercados e o cumprimento das medidas preventivas (uso da máscara e o distanciamento social), pode ser visto como uma forma de regulamento e controle do corpo, pois “o corpo político repousa em sua capacidade de regular populações e disciplinar indivíduos” (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987:8).

Todavia, mesmo que entre estes dois grupos “as relações sejam de poder e controle” (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987:23), há necessidade de se pensar que a agência dos vendedores ambulantes reflecte-se nessa resistência ao controlo da polícia municipal por conta da necessidade de busca de meios de sustento diário. Porém, na dimensão de saúde pública, concretamente na necessidade de cumprimento das medidas preventivas contra o vírus da Covid-19, este facto é tido como um misto entre a empatia em relação aos desafios de busca de subsistência dos indivíduos e famílias e a resistência em imperar o cumprimento das medidas preventivas, com a finalidade de salvaguardar a saúde pública (MATSINHE e FREDERICO, 2021).

6.2. Apoio Social: discursos de inclusão ou controle do corpo

Apoio social

Face aos resultados da COVID-19, o governo moçambicano desenhou estratégias de apoios em dinheiro (540 meticais mensal por cada agregado familiar, dependendo do número de membros existentes) com foco nos grupos vulneráveis e mais afectados com a redução de trabalhadores no sector informal. Neste âmbito, o Instituto Nacional de Ação Social (INAS) fora a entidade responsável pela coordenação e distribuição do subsídio com o auxílio das autoridades locais (líder do bairro, chefes dos quarteirões e chefe de células) (VIEIRA *et al.*, 2020).

A partir da conversa tida com o chefe do quarteirão ou líder do bairro (como era designado) este subsídio social básico estava avaliado em cerca de 540 meticais fornecidos trimestralmente (Idem) aos beneficiários. Importa referir que até a minha saída do trabalho de campo, o apoio social para minimização do impacto da COVID-19 ainda estava em processo de cadastramento dos beneficiários, mas que também era visto como um sonho inalcançável para algumas pessoas por conta da demanda.

Entretanto, em alguns casos o “governo” era assumido como “pai”, “benfeitor”, principalmente quando se tratava de assuntos relacionados aos apoios de carácter social, pois eram estes quem “ajudavam” na segurança alimentar. Neste sentido, falas como as citadas a seguir remetem para o modo como era visto o “governo”.

Sempre o governo ajudou, só que as pessoas não reconhecem (...) costumam dar apoios que nos ajudam (Tomé, membro do partido Frelimo e beneficiário do subsidio do INAS, 05 de Dezembro de 2021).

Vamos entrar no partido Frelimo. Frelimo é bom porque ajuda; tem que amar o pai que te nasceu, não ver como padrasto (Lúcia, membro do partido Frelimo e beneficiário do subsidio do INAS, 12 de Dezembro de 2021).

A COVID-19 em Moçambique ocorreu num contexto marcado pela tensão político-militar no norte e centro do país. No centro do país esta tensão estabelecida entre forças militares do partido no poder e supostas forças militares da oposição – a dita junta militar – faziam do território centro do país, uma região marcada por três grupos partidários: os apoiantes da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e os apoiantes da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) ou outros partidos, como o Movimento Democrático de Moçambique (MDM). A tensão entre a Renamo e a Frelimo é de longa data, podendo ser situada nos anos anteriores à guerra civil de 1992 (MENESES, 2015). Entretanto, embora actualmente a tensão seja negociada por meio de diálogo entre os dirigentes dos dois partidos políticos, a partir das experiências vividas e partilhadas pelos participantes de pesquisa foi possível perceber que a tensão persistia.

Uma das situações que permitiu a observação dessa tensão entre os participantes foi particularmente quando se tratava de questões de apoios sociais a pessoas com necessidades alimentares. Alguns participantes pertencentes ao partido Renamo assumiam que a sua exclusão no processo de cadastro pudesse estar relacionada com a sua filiação partidária. A título de exemplo, numa conversa com Joana, esta contou que:

Eu sou casada com um antigo militar da Renamo. Como sou uma pessoa doente (seropositiva), tenho que estar a comer e por isso me escrevi meu nome naquela coisa de cadastramento para receber os apoios do INAS. Mas o que tenho visto é que a maioria de nós que somos da Renamo não nos contam quando vão receber os produtos, mas eu sei que isso começa com a chefe do quartelão

porque ela é da Frelimo e não gosta da Renamo. Assim até já escrevi meu nome para ter cartão da Frelimo, vão pensar que não sei qual é o meu partido, mas não posso morrer a fome (risos)...vou casar com os dois partidos, quando haver comida aqui, vou; quando haver lá, também vou (Joana, membro do partido Renamo e inscrita para o apoio social do INAS, 9 de Dezembro de 2021).

A filiação ao partido no poder era vista como um meio para a aquisição de produtos alimentares ou apoios fornecidos pelo programa coordenado pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS). Este apoio dado a alguns participantes da pesquisa era visto por estes como uma acção de aquisição de benefícios, influenciando a que estes se tornassem membro da Frelimo, em detrimento de outros partidos existentes na região.

Importa ressaltar que não pretendo aqui iniciar uma reflexão em torno de assuntos partidários, mas este elemento me pareceu importante para ser seguido, pois permitiu-me estabelecer uma reflexão em relação a um possível controlo do corpo por meio de acções de apoios e ajudas sociais que fazem dos alvos, indivíduos com uma agência (BIEHL *et al.*, 2007) limitada em meio a situações de fome e meios de sustento marcados pela machamba, venda informal e *biscatos*.

Em algumas conversas tidas com alguns participantes e a assistente de pesquisa, estes explicaram que os residentes do bairro têm recebido apoios da parte do governo e de missionários. Segundo eles, o apoio dado a alguns residentes motivava que estes trocassem de ala partidária porque *“vêem que a Frelimo é pai e cuida dos seus filhos”* (Tomás, membro do partido Frelimo, 10 de Dezembro de 2021).

O cuidado aqui referido estava relacionado à assistência social que o governo local fazia por meio do Instituto Nacional de Acção Social (INAS).

Os apoios e benefícios eram palavras muito usadas pela maioria dos participantes e o líder do bairro. Segundo uma conversa com o líder do bairro, este explicou que:

O governo dá apoio do INAS, eles entram no bairro, identificam as pessoas vulneráveis que são pessoas que não tem possibilidades que são órfãos, crianças, mães ou homens também porque vulnerabilidade não tem género. INAS é um programa muito longo e eles apoiam em alimentos: 2 kilogramas de arroz, pouco óleo, sabão e esse apoio é de três em três meses. Também dão palestra a explicar quais são as pessoas que tem direito do apoio e o que fazer

com o dinheiro que recebem. Quem faz a identificação dos vulneráveis são os chefes dos quarteirões e das zonas. Esse apoio apareceu muito antes do ciclone e do corona, é antigo e contínuo. O subsídio social é de 500 meticais de três em três meses e o último pagamento foi em Agosto (Augusto, líder do bairro, 2 de Dezembro de 2021).

A partir da explicação do líder do bairro foi possível compreender que o plano de protecção social era uma realidade no contexto estudado e o mesmo estava virado para apoio aos considerados vulneráveis. Entretanto, num estudo realizado em Uganda no ano de 2021, Tallio (2021) percebeu que como método de resposta aos efeitos da pandemia, o governo desenhou e executou estratégias de repostas aos impactos sócio-económicos da COVID-19.

A resposta nacional ao COVID-19 em Moçambique foi oportuna e estava articulada ao nível do governo central e do sector da saúde. No entanto, este discurso passa a ser motivo de questionamentos quando, segundo a explicação do líder do bairro e de alguns participantes da pesquisa, o valor de 540 meticais passa a ser distribuído de três em três meses, seguido de critérios de pedido de documentos de identificação para o recebimento dos alimentos mencionados pelo líder do bairro.

Num contexto em que os meios de sustento mostram-se escassos, com o aparecimento da COVID-19 os preços de alguns alimentos básicos tornaram-se mais caros. Neste âmbito, o valor de 540 meticais fornecido trimestralmente para agregados familiares tornou-se motivo de interrogações. Na mesma ordem de ideia, num contexto marcado pela necessidade de cumprimento do “fique em casa” questiona-se não só o valor estipulado para o apoio alimentar, como o período de distribuição do mesmo: como ficar em casa e esperar o apoio de 540 meticais de três em três meses?

Importa sublinhar que alguns participantes, para além de receberem apoios (subsídio governamental e pensões de parentes falecidos), são agricultores, vendedores, pequenos negociantes (aluguer de casas), o que ajuda de certo modo na gestão alimentar diária e mensal.

Porém, a aparente atitude de cuidado assumida pelo governo em relação ao processo de resposta e ajuda alimentar aos grupos considerados vulneráveis, fez destes dependentes da ajudas e apoios sociais. Em Uganda Tallio (2021) percebeu que como método de resposta aos efeitos da pandemia o governo centralizou a distribuição de alimentos nas mãos do Gabinete do Primeiro-Ministro, utilizando esta resposta como meio para reforçar o domínio governamental.

Não obstante, a aparente atitude de cuidado e o exemplo do contexto Ugandês permite cogitar a possibilidade de existência de interesses políticos (MENESES, 2020) por detrás dos apoios e ajudas sociais realizadas, pois no contexto da COVID-19, supostamente, o plano de protecção social não ajude no seu todo a mitigar as necessidades alimentares de alguns agregados familiares.

Outro dado intrigante relacionado aos apoios aparentemente insuficientes é uso de discursos como o usado por Tomás, aquando da nossa visita com o objectivo de apresentação e autorização para realizar visitas em alguns agregados familiares. No meio da conversa este permitiu as visitas, mas perguntou:

Qual é o benefício das pessoas participarem dessas conversas? Pergunto porque normalmente as pessoas que vem fazer estudos aqui sempre nos dão alguma coisa e as pessoas que vivem aqui estão habituadas e receber apoios do nosso governo. Não sei se vão te receber sem nada (Tomás, chefe de quarteirão 13 e beneficiário do apoio do INAS, 8 de Dezembro de 2021).

Esta questão elevava as suspeitas já existentes em relação a um possível “controle corporal” discutido pelas autoras Scheper-Hughes e Lock (1987). Neste sentido, os apoios e ajudas sociais tornaram-se um *modus vivendu* de algumas pessoas, o que influenciava no modo como estas viviam e se comportam no seu grupo social. O corpo mesmo com agência (BIEHL *et al.*, 2007) e capacidade de pensar, falar por si e exprimir seus sentimentos (FERREIRA, 1994), em determinadas situações torna-se um corpo manipulável (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987) quando questões alimentares são escassas, porém sanadas por uma entidade. Assim, o “governo” para além de ser visto como “benfeitor”, passa a controlar com o fim de “produzir corpos ‘normais’ e ‘dóceis’ para o Estado” (SCHEPER-HUGHES e LOCK, 1987:24; FOUCAULT, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação analisei as experiências dos residentes do bairro 16 de Junho em Chimoio, analisando como as pessoas respondiam às medidas preventivas, levando em consideração suas condições habitacionais e a necessidade de encontrar alimentos diariamente. Recorri a combinação de perspectivas teóricas e conceitos que, ao pensar a casa como lugar de experiências vividas, permitiram-me explorar como as pessoas relacionavam-se com suas casas num momento em que a ênfase estava em permanecer em um "estabelecimento adequado". Ao mesmo tempo, possibilitaram-me considerar a possibilidade de existirem corpos que, como resultado das condições sócio-económicas existentes, experienciam a fome e se tornam corpos dóceis e controláveis pelo poder.

A pandemia de COVID-19 em Chimoio, Moçambique, colocou em evidência a importância dos espaços habitacionais na resposta a crises de saúde pública. As condições de habitação desempenharam um papel significativo na capacidade das pessoas de aderir às medidas preventivas. Nestas circunstâncias, os participantes residentes em casas feitas por bloco burro possuíam a nível individual e social uma ideia própria sobre o “fique em casa” envoltas em noções que para eles lhes eram significantes e praticáveis. Neste caso, o corpo individual assumia a casa como (a) parte das relações sociais por meio do contacto entre os vizinhos ou resultante da busca de alimentos no espaço habitacional de outrem ou na rua; assim como (b) uma construção mental, no qual o espaço habitacional tornava-se parte de valores relacionados à intimidade e memória entre os indivíduos. Nestas circunstâncias, a casa assume características metaforicamente humanas, fazendo da mesma algo vivo.

A pandemia também expôs as desigualdades habitacionais dos participantes da pesquisa, no qual para além das limitações de espaço, a disponibilidade de água e condições alimentares jogaram um papel importante para se perceber o movimento do corpo face as necessidades diárias. Assim, o cumprimento do distanciamento social e do “fique em casa” tornou-se impraticável para alguns participantes, num contexto em que a capacidade de provisão alimentar diária era adquirida na rua e fornecida por vizinhos, questionando-se a exequibilidade do distanciamento social e o fique em casa.

Na mesma perspectiva, o aluguer que aparentemente circunscreve o espaço habitacional, fez do espaço de alguns inquilinos um espaço de acesso para o proprietário e para os inquilinos quando estes sentem a necessidade de aceder a determinados serviços (por exemplo, a captação de água na torneira). Deste modo, o espaço enquanto dimensão de pertença trouxe à vista a

ideia de limite abstracto, mesmo quando inexistente um limite geograficamente estabelecido. A casa, para além de ser um objecto materialmente existente quando remetido à dimensão simbólica, torna-se um lugar de refúgio para dormir e esconder da chuva, assim como experienciado como um lugar de produção, criação, memórias, identidades e pertencimento.

A pesquisa demonstrou que o “fique em casa”, uma medida preventiva de carácter nacional, a sua aplicação e cumprimento tendeu a ser situacional e dependente das condições sócio-económicas existentes. Este aparente relativismo em relação ao cumprimento do “fique em casa” assenta no reconhecimento da COVID-19 como uma doença que mata. No entanto, a necessidade de cumprimento da medida tornou-se relativa, pois era necessário ter em conta as habitações “inseguras” de bloco burro, a existência de unidades habitacionais usados para o aluguer e a busca de meios de sustento, no qual se evidencia a almojança.

Por um lado, a experiência de ir a machamba com Luísa e a observação nos locais de venda informal permitiram-me entender que o processo de busca por determinados alimentos tidos como alimentos de base era condicionante para a existência ou não de alimento na casa. Deste modo, para ficar em casa há que ter em conta que os mecanismos de provisão das famílias dependem dos meios de sustento, o acesso aos locais de busca dos alimentos, com vista a tornar sustentável a questão do habitar.

Por outro lado, quando se dirige à rua para a busca do alimento diário, a experiência de alguns participantes era marcada pelo encontro conflituoso com a polícia municipal. No contínuo processo de ser perseguido pela polícia municipal, a necessidade de sanar a fome passa de uma situação individual para uma dimensão de controlo do corpo. Nestas circunstâncias, este fenómeno passa em parte a ser assumido por uma entidade governamental, com vista a dar resposta e ajuda alimentar a determinados grupos, fazendo destes dependentes de apoios. Assim, esta atitude de aparente cuidado torna-se questionável, pois o plano de protecção social na sua praticidade apresenta algumas contradições.

Neste âmbito, o corpo possuidor de uma agência e capacidade de pensar, falar por si e exprimir seus sentimentos, em determinadas situações, torna-se “em parte” um corpo controlado e manipulável em caso de escassear alimentos e até fome. Importa referir que, menciono “em parte”, pois foi possível também perceber que embora existisse a tendência de controlo do corpo, o mesmo tendia a experienciar o fique em casa, saindo à rua e buscando ultrapassar a inevitável situação da fome.

Contudo, a pesquisa realizada ofereceu lições valiosas sobre como as condições habitacionais e as desigualdades podem impactar respostas às pandemias e a importância de abordar essas questões de maneira holística, considerando todos os aspectos que fazem o dia-a-dia dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAR, Michael. 2008. *The Professional Stranger: An Informal Introduction to Ethnography* (2nd Edition) Bingley: Emerald Group.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. 2018. “Significados da Casa e do Morar”. *VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ*, 18 (2): 207-219.

BIEHL, João. 2021. *Descolonizando a Saúde Planetária*. Horizontes Antropológicos. Disponível em: <https://journals.openedition.org/horizontes/5259> (consultado em 7 de Agosto de 2022).

BIEHL, João, B. Good & Kleinman, Arthur (eds.). 2007. *Subjectivity: Ethnographic Investigations*. Berkeley and London: University of California Press.

BISSIO, Beatriz. 2013. *O Mundo Falava Árabe: A Civilização Árabe-Islâmica Clássica através da Obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Boletim da República de Moçambique. (2020). Decreto nº 11 de 30 de Março de 2020. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz> (consultado em 24 de Outubro de 2022).

BRAGA, Carla. T. 2019. “Machamba não é trabalho!”: HIV/SIDA e Produção Agrícola no centro de Moçambique. *Revista Estudos Feministas*, 27, e67175.

BUANANGO, Maitu Abibo. 2021. *O Sistema Alimentar das Comunidades Rurais do Distrito de Sussundenga no Contexto da Prevenção e Combate à Desnutrição Infantil em Moçambique*. (PhD Tese). Universidade Estadual Paulista, 2021.

CABRAL, João de Pina. 2008. “Sem Palavras: Etnografia, Hegemonia e Quantificação”. *Mana* 14 (1), 61-86.

CAMBRÃO, Pedrito & JULIÃO, Domingos. 2020. *COVID-19 e suas Implicações em Moçambique: Uma Análise Antropo-sociológica*. Beira: Universidade Católica de Moçambique.

CARRILHO, Júlio & LAGE, Luís. 2010. *Desafios no Domínio da Habitação: Desafios para Moçambique*. Disponível em:

www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_14.Hab.pdf (consultado em 13 de Março de 2021).

COSTA, Márcio Nicory. 2012. “Algumas Considerações sobre a Sociologia de Alfred Schütz”. *Revista Electrónica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 9 (1).

CSORDAS, Thomas *et al.* 1994. “Introduction: The Body as Representation and Being in the World.” In: Csordas Thomas (ed.). *Embodiment and Experience: The Existential Ground of Culture and Self*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-24.

CSORDAS, Thomas. 2013. “Fenomenologia Cultural Corporeidade: Agência, Diferença Sexual, e Doença”. *Educação*, 36 (3): 293-305.

DAMATTA, Roberto. 1997. *A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e a Morte no Brasil*. 5ed. Rio de Janeiro: Rocco.

DUARTE, Phelipe. M. 2020. “COVID-19: Origem do Novo Coronavírus/ COVID-19: Origin of the New Coronavirus”, *Brazilian Journal of Health Review*, 3 (2): 3585–3590.

EMERSON, H, R Fretz & L. Shaw. 2013. “Participant Observation and Fieldnotes”. In: P. Atkinson, *et al*, eds: *Handbook of Ethnography*. Washington: SAGE.

ESCOBAR, Arturo. 1999. “The Invention of Development. Current History”, *Academy Research Library*, 98 (631): 382.

ESCOBAR, Arturo. 2018. *Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds*. Durham and London: Duke University Press.

ESTEVÃO, Amélia. 2020. COVID-19. *Acta Radiológica Portuguesa*, 32 (1): 5-6.

FERREIRA, Jaqueline. 1994. *O Corpo Sínico. Saúde e Doença: Um Olhar Antropológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

FILIPE, Pedro José. 2014. *Construção da Intimidade: A partir da Casa Mental*. (PhD Thesis. Departamento de Arquitectura da FCTUC). Coimbra: Portugal.

FOUCAULT, Michel. 1999. “La Política de La Salud em el Siglo XVIII”. In *Estratégias de Poder*. Barcelona: Ed. Paidós Iberica, p.337.

FREITAS, Maria C. S. & PENA, P. G. 2020. “Fome e Pandemia de COVID-19 no Brasil”. *TESSITURAS, Revista de Antropologia e Arqueologia*, 8(1): 2318-957.

GONÇALVES, D. N. *et al.* 2020. *A Vida na Quarentena: Deslocamentos e Aglomerações de Pessoas em Fortaleza*. Relatório de Pesquisa. Fortaleza: LEPEC/UFC. Disponível em: <https://lepec.ufc.br/pt/> (consultado em 9 de Março de 2022).

GREEN, Judith & THOROGOOD, Nicki. 2018. *Qualitative Methods for Health Research*. United Kingdom: Sage Publications.

HAMMERSLEY, M. & ATKINSON, P. 2007. *Ethnography Principles in Practice*. New York: Routledge.

HART, Kevin. 1985. The Informal Economy. *Cambridge Anthropology*, 10 (2): 54-58. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23816368> (consultado em 2 de Abril de 2023).

HARVEY, D. 1989. “A Experiência do Espaço e do Tempo”. In: *Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa sobre a Mudança Cultural*. Edições Loyola, Parte III, pp: 185- 290.

HONWANA, Alcinda. 2002. *Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*. Maputo: Promédia.

HUDELSON, Patricia M. *et al.* 1994. *Qualitative Research for Health Programmes*. World Health Organization (WHO). Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/62315> (consultado em 22 de Dezembro de 2023).

INGUANE, Celso & ZIMBA, Victor. 2021. *The Influence of Inter-institutional Coordinated Responses to Health Emergencies and Disasters on the Response to COVID-19 in Mozambique: A Case Study*. (Final Report). Maputo City, Mozambique, June 2021.

Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique. (2021). *Inquérito Demográfico e de Saúde 2019*. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/inquerito-demografico-e-de-saude/ids-2019> (consultado em 11 de Outubro de 2022).

_____. 2020. *Resultados do Inquérito sobre Impacto da COVID-19 nas Empresas*. Maputo. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-sectoriais/resultados-do-inquerito-sobre-impacto-da-COVID-19-nas-empresas.pdf/view> (consultado em 17 de Junho de 2022).

JANI, I. Vinodrai. *Ensino, Investigação, Extensão e Inovação para o Desenvolvimento na Era da COVID-19: Poderá a Academia em Moçambique Encontrar Oportunidades na Crise?* In: Aula de Sapiência na Cerimónia Solene de Abertura do Ano Académico 2021. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2021.

JEFFREY, B., & TROMAN, G. 2004. "Time for Ethnography". *British Educational Research Journal*, 30(4): 535–548.

JENKINS, Paul. 2001. *Mercados de Terrenos Residenciais Urbanos Emergentes em Moçambique Pós-socialista: O Impacto sobre os Pobres e Alternativas para Melhorar o Acesso à Terra e o Desenvolvimento Urbano*. Universidade Heriot –Watt.

JOSSIAS, Elísio M. Fernando. 2016. "*O primeiro a chegar é o dono da terra*": *Pertença e Posse da terra na Região do Lago Niassa*. (Tese de Doutoramento em Antropologia da Etnicidade e do Político). Universidade de Lisboa, 2016.

JÚNIOR, H. Frúgoli. 2020. "A casa e a rua em tempos de Covid-19: Uma Leitura Antropológica de 'Diário de confinamento' (Susana Bragatto)". *Horizontes Antropológicos*. (58): 481-507.

KAULARD, Myrta. 2020. *Apelo de Emergência para COVID-19 – Moçambique*. Disponível em www.apelo-de-emergencia-COVID-19 (consultado a 24 de Março de 2022).

KLEINMAN, Arthur & Fitz, Henry. 2007. *A Base Experimental da Subjectividade: Como os Indivíduos Mudam no Contexto da Transformação da Sociedade*. Disponível em: DOI:10.1525/california/9780520247925.003.0003 (consultado em 3 de Setembro de 2022).

KRAUSS, *et al.* 2022. "To prevent this disease, we have to stay at home, but if we stay at home, we die of hunger" – Livelihoods, Vulnerability and Coping with COVID-19 in Rural Mozambique". *World Development* 151. Disponível em: www.elsevier.com/locate/worlddev (consultado em 7 de Outubro de 2023).

LEFEBVRE, Henri. 2006. *A Produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins In *La production de l'espace*. 4 Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MACGREGOR, Hayley *et al.* 2022. "Negotiating Intersecting Precarities: COVID-19, Pandemic Preparedness and Response in Africa". *Medical Anthropology Cross-Cultural Studies in Health and Illness*, 41(1): 19-33.

MADDEN, R. 2010. *Being Ethnographic: A Guide to the Theory and Practice of Ethnography*. Los Angeles: Sage.

MARIANO, Esmeralda. 2017. “The ‘Unsayings’ of Reproductive Affliction in Mozambique Witchcraft and Local Reproductive Knowledge”. *The Oriental Anthropologist* 16 (2): 261-278.

MARIETTO, M. Luiz. 2016. “Participant and Non-participant Observation: Theoretical Contextualization and Guide Suggestion for Methods Application”. *Iberoamerican Journal of Strategic Management*, 17 (4): 05-18.

MARRENGULA, Constantino. 1997. *Carpintarias Informais na Cidade de Maputo: Papel, Constrangimentos e Reflexo das Políticas do Estado*. (Monografia de Licenciatura em Antropologia). Universidade Eduardo Mondlane. 1997.

MATOS, Marlise. 2020. “Pandemia, COVID-19 e as Mulheres”. In *Cientistas Sociais e Coronavírus* (orgs. Miriam Pillar Grossi e Rodrigo Toniol) 1 Ed. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha.

MATSINHE, Cristiano & FREDERICO, Mónica. 2021. “Resistência à adoção das medidas de prevenção da Covid-19 em Moçambique”. *Revista Científica da UEM: Série Ciências Biomédicas e Saúde Pública*. Disponível em: <http://www.revistacientifica.uem.mz/revista/index.php/cbsp/article/view/127> (consultado em 22 de Abril de 2023).

MENDONÇA, Carlos. 2020. “O Jogo do Vírus e a Política do Estar Juntos” In *Cientistas Sociais e Coronavírus* (orgs. Miriam Pillar Grossi e Rodrigo Toniol) 1 Ed. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha.

MENESES, M. Paula. 2015. “Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de Violência sobre a Construção da Nação em Moçambique”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106:09-52.

MOONEY, Graham. 2021. *The Dangers of Ignoring History Lessons During a Pandemic*. Disponível em: <https://doi.org/10.7326/M21-0449> (Consultado a 24 de Março de 2022).

MOSCA, João. Pobreza, Economia “Informal”, Informalidade e Desenvolvimento In II Conferência: Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique. Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Maputo. 2009.

MUIANGA, Carlos *et al.* 2018. *Salário Mínimo e Custo de Vida em Moçambique*. Maputo, 05 de Setembro de 2018, Boletim N° 104. IDeIAS/IESE.

NAKAMURA, Eunice. 2011. “O Método Etnográfico em Pesquisas na Área de Saúde: Uma Reflexão Antropológica”. *Saúde Soc.* São Paulo. 20(1): 95-103.

NAMAKURA, Eunice & SILVA, Cristiane G. 2020. “O Contexto de Pandemia do COVID-19: Desigualdades Sociais, Vulnerabilidade e Caminhos Possíveis”. In *Cientistas Sociais e Coronavírus* (orgs. Miriam Pillar Grossi e Rodrigo Toniol) 1 Ed. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. 2020. Geopolitics of Power and Knowledge in the COVID-19 Pandemic: Decolonial Reflections on a Global Crisis. *Journal of Developing Societies* 1-24. DOI: 10.1177/0169796X20963252 (Consultado em 26 de Abril de 2023).

NHAMPOCA, E. C. 2021. “Educação e Direitos das Mulheres em Tempos de Pandemia em Moçambique”. *Revista de Educação Pública*, 30:1-21. Disponível em: <https://doi.org/10.29286/rep.v30ijan/dez.11848> (consultado em 13 de Novembro de 2023).

NICHTER, Mark. 2008. “Coming to Our Senses: Appreciating the Sensorial in Medical Anthropology”. *Transcultural Psychiatry*, 45 (2): 163-197.

O’NEILL, Brian. 1988. “Entre a Sociologia Rural e Antropologia: Repensando a «Comunidade» Camponesa”. In *Análise Social*. 24 (3): 1331-1355.

PISANI, Mariane S. 2020. O Enfrentamento e a Sobrevivência ao Coronavírus também Precisam Ser Uma Questão Feminista In *Cientistas Sociais e Coronavírus* (orgs. Miriam Pillar Grossi e Rodrigo Toniol) 1 Ed. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha.

PIRES, Paulo Henrique M. das Neves *et al.* 2021. “COVID-19 Pandemic Impact on Maternal and Child Health Services Access in Nampula, Mozambique: A Mixed Methods Research”. *BMC Health Services Research*, 21 (1): 1-8.

QUARESMA, Sílvia Jurema Leone. 2009. “O Estado e Dominação nos Pressupostos de Marx, Weber e Durkheim”. *ACHEGAS NET*, 42:96-104.

ROZESTRATEN, Artur. 2019. “Habitar para Além de Habitação. Ensaio Sobre a Mobilidade das Imagens do abitar: Continuidade, Rupturas e Experimentação.” *Caderno de Resumos*:

Imaginário: Construir e Habitar a Terra; Deformações, Deslocamentos e Devaneios. Brasil (3).

RUI, Taniele *et al.* 2021. “Antropologia e Pandemia: Escalas e Conceitos”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 27 (59): 27-47.

SAMBO, Michael Godet & SIÚTA, Moisés. 2020. *Moçambique e a COVID-19: Mecanismos Externos de Transmissão do seu Impacto Económico*. Maputo: IDeIAS/IESE, pp: 27-32.

SAMBO, Dulcido B. & JÚNIOR, C. Nhacudime. 2021. “Poor Housing Dilemma in Third World Countries: Analysis of The Housing Policy and Strategy in Mozambique”. *Academia Letters*, Article 2156. <https://doi.org/10.20935/AL2156> (consultado em 11 de Março de 2022).

SANTOS, Boaventura de Sousa. 2019. *O Fim do Império Cognitivo: A Afirmação das Epistemologias do Sul*. 1ed. Belo Horizonte: Autentica Editora.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 2020. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

SEGATA, Jean. 2020. COVID-19, Biossegurança e Antropologia. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, 26 (57): 275-313.

SIKOTA, Laurinda I. Simão. 2018. *Intersecção de Vidas e Transformações Arquitectónicas no Jardim dos Madjermanes*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Universidade Eduardo Mondlane: Maputo. 2018.

SIÚTA, Moisés S. 2021. *COVID-19 e Custo de Vida: O que o Princípio de Equilíbrio de Mercado Revela Sobre a Eficácia das Medidas de Resposta ao Contexto de Crise em Moçambique?* Maputo: IDeIAS/IESE, pp. 31-41.

SCHEPER-HUGHES, Nancy & LOCK, Margaret. 1987. “The Mindful Body: A Prolegomenon to Future Work in Medical Anthropology”. *Medical Anthropology Quarterly* 1 (1).

SLUKA, Jeffrey A. 2007. “Reflexões sobre o Gerenciamento do Perigo no Trabalho de Campo: Antropologia Perigosa em Belfast” In *Ethnographic Fieldwork: An Anthropological Reader* (Orgs. Antonius C.G.M. Robben and Jeffrey A. Sluka). Australia: Blackwell Publishing.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. 2008. *A Epidemia de Gripe Espanhola: Um Desafio à Medicina Baiana*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000400004> (Consultado a 31 de Outubro de 2023).

TALLIO, Virgine. 2021. Uganda's Social Policy Response to COVID-19: Rudimentary Relief Measures. *COVID-19 Social Policy Response*, Series, 26. Bremen.

TEAM, Victoria & MANDERSON, Lenore. *How COVID-19 Reveals Structures of Vulnerability*. *Medical Anthropology*, 39 (8): 671-674.

United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT). (2018). *Housing in Mozambique: A Profile*. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/Housing%20Profile%20Mozambique.pdf> (consultado em 20 de Fevereiro de 2023).

_____. 2020. *Orientações da OMS para a Prevenção da COVID-19*. Disponível em: <https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/> (Consultado a 25 de Fevereiro de 2023).

_____. 2018. *Plano Operacional da Comercialização Agrícola – POCA*. Ministério da Indústria e Comércio – Manica.

VIEIRA, Ana C. et al. 2020. *Alcançando os Mais Vulneráveis na Resposta da Proteção Social à Crise da COVID-19 em Moçambique: Oportunidades e Desafios*. Organização Internacional do Trabalho. Maputo

Jornais:

JEQUETE, Bernardo. 2020. *Milhares de Idosos sem Apoio Social em Manica*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/manica-milhares-de-idosos-sem-apoio-social-em-tempos-de-crise/a-53159591> (Consultado a 15 de Agosto de 2023).

MENESES, M. Azancot. 2020. *Entre Morcegos, Pangolins e Laboratórios, problematizar a COVID-19 em África*. Disponível em: <https://www.jornaltornado.pt/entre-morcegos-pangolis-e-laboratorios-problematizar-a-COVID-19-em-africa> (Consultado a 29 de Junho de 2022).

